

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

2021

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020/2021

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

VISÃO

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

VALORES

Acessibilidade, comprometimento, ética, modernidade, responsabilidade social e ambiental, transparência

	SUMÁRIO	
Coordenação Editorial Marina Mello Rocha Campos	PALAVRA DO PRESIDENTE	4
	COMPOSIÇÃO DA CORTE	6
Redação Ana Cecília Pimenta Faria Fernanda Carina Betti	POSSE DO PRESIDENTE	8
	ELEIÇÕES 2020.....	10
Revisão Marina Mello Rocha Campos Nádhia A. M. Pinheiro Nakaya	ATENDIMENTO INOVADOR	20
	DESAFIOS E MUDANÇAS.....	22
Projeto Gráfico Marcelo Lessi de Mello	CANAIS DE RELACIONAMENTO	26
	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	30
Fotografias Banco de imagens da CCS Banco de imagens da TJSP	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	40
	ACESSIBILIDADE.....	42
Capa e Ilustrações Marcelo Lessi de Mello Patrícia Wowk	PRÊMIOS.....	44
	CAMPANHAS.....	46
Impressão e Acabamento Gráfica do TRE-SP	GESTÃO DE PESSOAS	50
	AÇÕES INSTITUCIONAIS	52
Realização Coordenadoria de Comunicação Social do TRE-SP		
Tiragem 60 Exemplares		

PALAVRA DO PRESIDENTE

Foi com muito entusiasmo que assumi o cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, em 2020, após sete anos de serviço à Justiça Eleitoral paulista, incluindo dois anos como vice-presidente e corregedor regional eleitoral da instituição.

Sabia que as eleições municipais eram especialmente complexas. Estava preparado para o desafio e, acima de tudo, preparado para lidar com um fantasma que assombrou as últimas eleições gerais: o fenômeno das *fake news*.

Em 2018 o Brasil sentiu a força das redes sociais, usadas muitas vezes com o propósito de confundir, de prejudicar e de atacar o bem mais precioso da democracia: a liberdade do voto. As mazelas da desinformação, difundida com o poder de capilarização da internet, auxiliada pela sensação de anonimato, afrontaram contra o direito à informação autêntica e o livre intercâmbio de ideias.

Dessa vez, viemos armados para essa guerra. A Justiça Eleitoral elaborou um arsenal para o combate à desinformação. Fez parceria com mais de 50 instituições para acompanhamento e checagem de informações, monitoramento das redes sociais e disseminação de conteúdo de qualidade. Participaram do projeto agências de checagem de notícias, associações representativas da imprensa, provedores de internet e as principais plataformas de mídias sociais. Cartilhas, vídeos e posts foram parte das ferramentas de enfrentamento às *fake news*.

Contudo, não tínhamos ideia de que o desafio que estava por vir era bem maior e mais devastador: a pandemia de Covid-19. Foi tudo muito rápido. Desde os primeiros casos no país até a decretação de Estado de Calamidade Pública pelo Governo Federal e Estadual, não se passou um mês. Fomos realmente atropelados pela grave crise na saúde pública.

Tivemos de tomar medidas em caráter de urgência, de modo a preservar a saúde dos servidores, magistrados, colaboradores e usuários da Justiça Eleitoral. Assim implementamos o trabalho remoto, que foi a chave para o sucesso nessa jornada.

Com ele, pudemos dar continuidade ao nosso trabalho, com o emprego de recursos que ampliaram as fronteiras da prestação do serviço público. Atendemos quase 100 mil eleitores no período de final de alistamento, por meio do Título Net, realizamos mais de 290 sessões de julgamento por meio de videoconferência, julgamos mais de 9.400 processos somente em segunda instância, nomeamos mais de 300 mil mesários e, tudo isso, com o mínimo de trabalho presencial.

E aqui gostaria de exaltar o trabalho dos nossos servidores. A competência, dedicação e excelência do trabalho que nos permitiu ultrapassar os obstáculos da distância e realizar, com êxito, desde as tarefas das mais simples às mais complexas, resultando na manutenção das atividades necessárias e inadiáveis e no deslinde das eleições de forma absolutamente íntegra.

E quanto à desinformação, podemos dizer que as ações adotadas foram eficazes. As campanhas educativas deixaram os eleitores mais atentos. Monitoramento, respostas rápidas e pontuais e disponibilização de recursos de checagem complementaram o processo de neutralização dos ataques de *fake news*.

Parabenizo a todos pelos esforços empreendidos nesses dois anos de circunstâncias e acontecimentos atípicos. Costumo dizer que formamos uma família, a família eleitoral. E mais do que nunca, essa família precisou permanecer unida. E o que vi foi trabalho, colaboração e determinação de seus membros em prol de um bem comum.

Revisto-me da sensação de missão cumprida e da satisfação de fazer parte da história do TRE-SP. E saio com o espírito renovado, sabendo que a Justiça Eleitoral é uma instituição capaz de se reinventar e superar os caminhos mais adversos, sempre com o mesmo afinho no propósito de servir aos cidadãos e à democracia.

Des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

COMPOSIÇÃO DA CORTE



Composição da Corte no período de janeiro de 2020 a novembro de 2021

PRESIDENTE

Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior

VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL

Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia

DESEMBARGADORES

José Antonio Encinas Manfré

Silmar Fernandes

JUÍZES DE DIREITO

Afonso Celso da Silva

Maria Cláudia Bedotti

Maurício Fiorito

Regis de Castilho Barbosa Filho

JURISTAS

José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro

Manuel Pacheco Dias Marcelino

Marcelo Vieira de Campos

Marcio Kayatt

JUÍZES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

Luís Paulo Cotrim Guimarães

Nelton Agnaldo Moraes dos Santos

Sérgio do Nascimento

POSSE DO PRESIDENTE



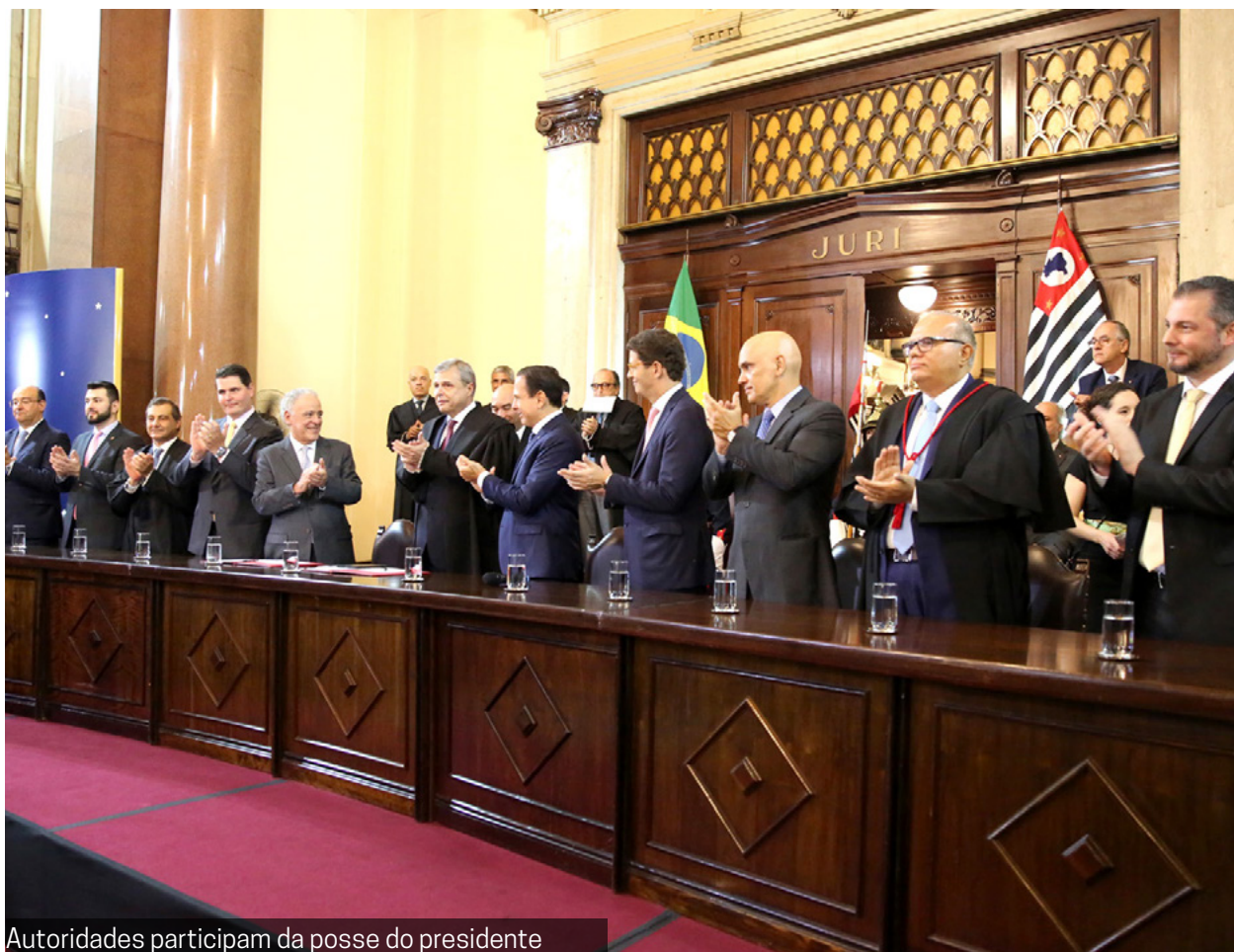
Presidente discursa em sua posse

Autoridades prestigiam posse de presidente e vice do TRE-SP

A posse solene do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, e do vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral, desembargador Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2020, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Estiveram presentes na cerimônia o governador de São Paulo, João Doria; o ministro do STF Alexandre de Moraes; o ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles; o presidente da Câmara dos Vereadores de São Paulo, Eduardo Tuma; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Cauê Macris; o presidente da seção paulista da OAB, Caio Augusto Silva dos Santos; além de presidentes dos TREs de outros Estados, representantes do Ministério Público, do CNJ, ex-ministros do STF, membros da Corte eleitoral paulista e veículos de comunicação.

O tema mais recorrente dos discursos foi o combate à desinformação. O desembargador Nuevo Campos ressaltou a rapidez na disseminação de informações por meio das redes sociais e a importância de o cidadão checar as notícias por meio de plataformas confiáveis antes de as repassar. “O maior mediador da verdade é o protagonista do processo eleitoral: o eleitor”, afirmou o presidente do TRE-SP.



Autoridades participam da posse do presidente

ELEIÇÕES 2020



Coletiva de imprensa

Adiamento das eleições

Originalmente marcadas para 4 e 25 de outubro, as eleições municipais de 2020 foram adiadas para os dias 15 e 29 de novembro, pela Emenda Constitucional 107, em razão da pandemia de Covid-19.

A medida, aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2020, visou ao aumento da segurança da população, uma vez que se previa que a curva de contágio pelo novo coronavírus estaria decrescendo a partir de setembro.

Os prazos que tinham como referência a data da eleição também foram adiados em 42 dias, exceto aqueles já vencidos na data da promulgação da emenda constitucional.

Outra providência tomada para diminuir o risco de propagação do vírus foi a ampliação, em uma hora, do horário de votação, das 7h às 17h. Foi estabelecido horário preferencial, das 7h às 10h, para votação de eleitores acima de 60 anos.

Além disso, outras medidas foram adotadas para a realização das eleições em ano de pandemia.

Biometria é excluída das eleições municipais de 2020

A identificação biométrica dos eleitores foi excluída das eleições municipais de 2020 como medida de prevenção à Covid-19. A decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 14 de julho seguiu recomendações médicas e sanitárias. Assim, os eleitores de 586 municípios paulistas, onde o cadastramento biométrico foi obrigatório, foram identificados da forma tradicional.

A decisão de excluir a biometria das eleições se baseou em dois fatores: o receio de que a identificação pela

digital pudesse aumentar a probabilidade de infecção, já que o leitor biométrico não pode ser higienizado com frequência; e a possibilidade de haver filas maiores, aumentando as aglomerações, considerando que uma parcela das pessoas apresenta digitais com relativa dificuldade de leitura.

Convenções partidárias virtuais

O TSE estabeleceu as regras para a realização de convenções partidárias em meio virtual. A possibilidade do encontro por meio virtual foi expressamente previsto na Emenda Constitucional 107/2020, que adiou o pleito municipal.

O posicionamento do TSE se deu após consulta formulada por parlamentares, diante do cenário de pandemia e a necessidade de distanciamento social.

Os magistrados ressaltaram que as agremiações têm autonomia para usar as ferramentas tecnológicas que entenderem necessárias para suas convenções, e que os artigos 7º e 8º da Lei 9.504/97, que tratam das convenções, não preveem modalidade específica (presencial ou virtual) para sua realização.

Fim das coligações proporcionais

Nas Eleições 2020, passou a vigorar a proibição de coligações para cargos proporcionais, trazida pela Emenda Constitucional 97/2017.

Assim, os candidatos a vereador concorreram por seu partido sem junção com outras agremiações. Para cargo majoritário, continuou sendo possível a celebração de coligações.

Protocolo sanitário

Em 8 de setembro de 2020, o TSE apresentou o Plano de Segurança Sanitária para as Eleições 2020, elaborado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Hospital Sírio-Libanês e Hospital Israelita Albert Einstein, como medida de prevenção contra o novo coronavírus (Covid-19).



O plano contemplou procedimentos a serem adotados no dia do pleito e um conjunto de equipamentos e materiais necessários para a segurança de eleitores e mesários.

Nele, estavam previstos o uso obrigatório de máscaras faciais, a higienização das mãos com álcool em gel antes e depois do voto, o distanciamento social, a recomendação de uso da própria caneta, pelo eleitor, e do não comparecimento daqueles que apresentassem febre no dia do pleito ou tivessem sido diagnosticados com Covid-19 nos 14 dias antecedentes.

O plano previu, ainda, o fornecimento de máscaras faciais, face shields e álcool em gel para os mesários, de álcool líquido à concentração 70% para limpeza de superfícies, de frascos de álcool em gel para uso dos eleitores e de cartazes informativos nos locais de votação e dentro das seções eleitorais.

Doação de materiais

Todos os materiais de proteção individual foram doados por 37 empresas privadas, sem quaisquer ônus e encargos à Justiça Eleitoral, após edital publicado pelo TSE. Houve ainda cooperação de serviços de logística para a entrega dos itens, além da doação de canetas e pôsteres informativos.

Ao TRE-SP foram destinados:

MATERIAIS	UNIDADES
Adesivo de chão para sinalização	476.330
Álcool etílico em gel 70° - frasco de 190 g	443.037
Álcool etílico em gel 70° - frasco de 400 g	518.856
Álcool etílico líquido - frasco de 500 ml	94.104
Caneta esferográfica - cor azul	252.522
Cartaz "passo-a-passo da votação" eleições 2020	130.291
Cartaz "vote com segurança - eleições 2020"	31.728
Máscara cirúrgica descartável	2.810.817
Protetor facial (face shield)	459.975

Juízes da propaganda

Três juízes foram designados para atuar na propaganda eleitoral: Emílio Migliano Neto, Renato Abreu Perine e Guilherme Silva e Souza. Os magistrados trabalharam nos processos de propaganda na capital paulista, atribuição da 2ª Zona Eleitoral – Perdizes, que tem como titular Emílio Migliano Neto.

O escopo de competências dos magistrados incluiu análise e julgamento de representações e reclamações sobre propaganda eleitoral, direito de resposta e local para realização de comícios. A elaboração do plano de mídia e a distribuição do horário eleitoral gratuito coube também à 2ª Zona Eleitoral.

Ao todo, foram julgadas 160 representações de propaganda eleitoral na capital e 3.354, no Estado.

A propaganda referente ao primeiro turno das eleições municipais aconteceu no período de 27 de setembro até 14 de novembro de 2020. Já a propaganda do segundo turno foi realizada de 20 de novembro até 27 de novembro de 2020.

Os magistrados se dedicaram exclusivamente à Justiça Eleitoral durante o período de atuação nos processos de propaganda.

Sala de Imprensa

Para favorecer o distanciamento social, o TRE decidiu não instalar a tradicional sala de imprensa, espaço montado dentro da sede da instituição especialmente para acomodar e atender jornalistas no dia do pleito.

Em seu lugar, foi preparado um espaço – aberto – com quatro monitores para transmissão da totalização dos votos, um palanque para coletiva de imprensa do presidente do Tribunal e demarcadores de filas para separar e garantir o distanciamento entre os jornalistas.

O acesso ao edifício foi limitado a dois profissionais por veículo de comunicação, previamente cadastrados. Os demais jornalistas e órgãos de imprensa puderam acompanhar a totalização dos votos pelo aplicativo “Resultados”, baixado no celular ou acessado pelo site do TSE. Além disso, foram disponibilizados balanços da eleição no site do TRE, ao longo do dia, e os pronunciamentos do presidente feitos no espaço foram transmitidos pelo canal do YouTube.

A iniciativa, inédita, foi bem recebida pelos profissionais da imprensa, que entenderam a necessidade da medida diante do cenário crítico devido à pandemia.

Denúncias por aplicativo Pardal

Nas Eleições 2020, foram recebidas 23.323 denúncias pelo sistema Pardal no Estado de São Paulo. A ferramenta, que existe desde 2014, permite ao cidadão fiscalizar e denunciar irregularidades na campanha eleitoral.

Para as Eleições 2020, o aplicativo foi atualizado e, entre as novidades, estava o redirecionamento de denúncias que se referissem a outras irregularidades eleitorais diretamente ao site do Ministério Público Eleitoral. Outra novidade foi o ajuste para impedir o uso de dados de terceiros e o envio de denúncias infundadas ou repetitivas.

MESÁRIOS E APOIOS LOGÍSTICOS

O ano de 2020 trouxe muitas novidades para os mesários.

Devido à pandemia, esses colaboradores foram convocados pela internet, por meio de correio eletrônico e aplicativo de mensagens. Além disso, o treinamento foi 100% online e as declarações de trabalho puderam ser obtidas pelo site do TRE. A forma de pagamento do auxílio-alimentação também foi digitalizada. O aplicativo bB, baixado gratuitamente no celular, permitiu o uso do valor de R\$40,00, por turno, de maneira simples e dinâmica.

A formação do contingente de mais de 340 mil mesários no Estado recebeu uma ajuda extra. A campanha de incentivo à inscrição de mesários voluntários, do TSE, estrelada pelo médico Drauzio Varella, rendeu mais do que o dobro de inscrições no Estado em relação às eleições municipais de 2016. Ao todo, foram 184.796 inscrições de mesários voluntários em 2020, contra 77.414 em 2016.

Convocação digital

A convocação de mesários e apoios logísticos, assim como outras funções de apoio ao juízo eleitoral, por meio de mensagem eletrônica (e-mail) e aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) foi autorizada na Resolução TRE-SP 493/2020.

A medida buscou atender aos princípios da celeridade, eficiência, economicidade e sustentabilidade. Com a convocação digital, o eleitor ficou dispensado de comparecer ao cartório eleitoral, o que favoreceu também a manutenção do distanciamento social exigido pela crise sanitária. Além disso, a redução de custos e do impacto ambiental foi considerável, já que a convocação tradicional envolve a impressão do documento convocatório e seu envio pelos Correios e, muitas vezes, via intimação por oficial de justiça.

A convocação por meio eletrônico só foi válida mediante a confirmação do mesário, em até três dias do recebimento da mensagem.

Auxílio-alimentação por carteira digital

Após uma parceria com o Banco do Brasil, o TRE disponibilizou o pagamento do auxílio-alimentação para mesários e colaboradores nas Eleições 2020, por meio da carteira digital bB.

O aplicativo, baixado gratuitamente no celular, facilitou o recebimento pelos mesários do valor de 40 reais, por turno, e flexibilizou seu uso, por meio de operações sem custo disponíveis no sistema.

Foi possível, por exemplo, fazer transferência a uma conta bancária convencional (TED/DOC), saques em terminais do Banco do Brasil, pagamentos por QR Code em estabelecimentos bancários, pagamentos de boletos bancários, recarga de celulares e compras online pela função débito.

Treinamento 100% online

Nas Eleições 2020, os mesários receberam as orientações de modo exclusivamente virtual para atuar nas mesas receptoras de votos. A capacitação foi feita por meio do Portal de Educação a Distância do Tribunal Superior Eleitoral e por aplicativo de celular, baixado sem custo pelo usuário. Pela primeira vez na história, o treinamento ocorreu 100% à distância.

As declarações de participação no curso, assim como as de trabalho no primeiro e segundo turnos das eleições, que dão direito a folgas aos mesários, foram disponibilizadas no site do TRE.

SEÇÕES ELEITORAIS

Transferência temporária de título de eleitor

A transferência temporária (TTE) é uma solução encontrada pela Justiça Eleitoral para adequar a seção eleitoral de cidadãos por diversas razões: reajuste determinado pela própria Justiça Eleitoral, tendo em vista o menor número de seções para as Eleições 2020¹, eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida que não transferiram seu título a uma seção acessível até o fechamento do cadastro eleitoral ou mesmo aos envolvidos na votação em presídios e unidades de internação de menores de idade.

Em 2020, de 25 de agosto a 1º de outubro, os eleitores nessas condições puderam fazer o requerimento de transferência temporária a uma seção com acessibilidade dentro do município onde votam. O procedimento foi realizado por e-mail, com o envio da solicitação e um documento de identidade com foto.

¹ O TSE determinou que as urnas eletrônicas antigas, modelos 2006 e 2008, não fossem usadas no pleito de 2020. Isso acarretou uma redução do número de seções eleitorais.

As seções com acessibilidade são preparadas para atender pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Estão localizadas, nos locais de votação, em áreas de fácil acesso, geralmente próximas à entrada do estabelecimento, e são livres de obstáculos, sendo, na maioria dos casos, no térreo ou acessíveis por elevador. Possuem portas largas e espaço para a movimentação de cadeirantes. Essas seções disponibilizam também fones de ouvido para eleitores com deficiência visual escutarem os números digitados na urna. No Estado de São Paulo, são 27.043 seções acessíveis cadastradas.

Houve ainda a transferência temporária para presos provisórios e adolescentes em unidades de internação, a membros das Forças Armadas, das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis e militares, dos corpos de bombeiros militares, dos agentes de trânsito e das guardas municipais que estivessem em serviço por ocasião das eleições, a mesários e convocados para apoio logístico e a juízes eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral e promotores eleitorais designados para trabalhar no dia da eleição.

Confira os números da TTE nas Eleições 2020:

Transferência Temporária - 1º Turno

	Preso Provisório/ Adolescente Internado	Militar em Serviço	Acessibilidade	Mesário e apoio	Servidores e autoridades da JE	Total
Capital	449	102	137	5.872	109	6.669
Interior	2.110	5	191	19.311	195	21.812
Estado	2.559	107	328	25.183	304	28.481

Transferência Temporária - 2º Turno

	Preso Provisório/ Adolescente Internado	Militar em Serviço	Acessibilidade	Mesário e apoio	Servidores e autoridades da JE	Total
Capital	449	55	126	5.872	108	6.610
Interior	827	0	38	5.143	90	6.098
Estado	1.276	55	164	11.015	198	12.708

Voto do preso provisório

Para as eleições municipais de 2020, o TRE instalou 51 seções eleitorais para viabilizar o voto de presos provisórios e de menores infratores. As seções, instaladas em 37 estabelecimentos prisionais e em 14 unidades de internação da Fundação Casa, atenderam a 2.249 eleitores reclusos e 393 menores internados.

Atuaram nas mesas receptoras de votos 153 mesários, três por seção, indicados pela Procuradoria Regional Eleitoral, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

TESTE DE INTEGRIDADE

A auditoria das urnas eletrônicas sob condições normais de uso, também chamada de votação paralela, e a auditoria de verificação de autenticidade e integridade dos sistemas instalados nas urnas, previstas na Resolução TSE 23.603/2019, foram realizadas nas Eleições 2020 sem registro de intercorrências.

O sorteio

Na véspera do primeiro e do segundo turnos das eleições, foram sorteadas 15 urnas, entre as mais de 85 mil unidades no Estado, na presença do presidente e do vice-presidente do Tribunal Regional

Eleitoral, dos demais membros da Corte, além de representantes do Ministério Público, da OAB e de partidos políticos, e veículos de comunicação. Elas foram recolhidas, no mesmo dia, por via terrestre (até 200km) e aérea (mais de 200km).

No dia, também foram entregues cédulas preenchidas por membros de partidos políticos e por jovens da Federação de Bandeirantes do Brasil, em quantidade correspondente ao número de eleitores registrados nas respectivas seções eleitorais, com votos nos candidatos oficiais, na legenda partidária ou, ainda, brancos e nulos. As cédulas foram depositadas em urnas de lona lacradas.

Abaixo, o resultado dos sorteios:

1º Turno - Sorteio 14/11/2020

Teste de Integridade

Seção Eleitoral	Zona Eleitoral	Município
264ª seção	295ª ZE	Peruíbe
049ª seção	155ª ZE	Pedregulho
141ª seção	152ª ZE	Jales
082ª seção	237ª ZE	Mairiporã
348ª seção	280ª ZE	Capital (Capela do Socorro)

Verificação dos Sistemas

Seção Eleitoral	Zona Eleitoral	Município
102ª seção	060ª ZE	Ituverava
029ª seção	150ª ZE	Fernandópolis
067ª seção	225ª ZE	Auriflama
046ª seção	035ª ZE	Campos do Jordão
178ª seção	216ª ZE	Mogi Guaçu
363ª seção	397ª ZE	Capital (Jardim Helena)
096ª seção	133ª ZE	São Simão
017ª seção	057ª ZE	Itararé
006ª seção	078ª ZE	Nova Granada
079ª seção	163ª ZE	Osvaldo Cruz

2º Turno - Sorteio 28/11/2020

Teste de Integridade

Seção Eleitoral	Zona Eleitoral	Município
052ª seção	185ª ZE	Guarulhos
382ª seção	340ª ZE	São Vicente
290ª seção	416ª ZE	Taboão da Serra
265ª seção	379ª ZE	Campinas
203ª seção	250ª ZE	Capital (Lapa)

Verificação dos Sistemas

Seção Eleitoral	Zona Eleitoral	Município
119ª seção	343ª ZE	Taubaté
298ª seção	150ª ZE	Sorocaba
157ª seção	365ª ZE	Mauá
074ª seção	222ª ZE	Diadema
037ª seção	300ª ZE	Bauru
069ª seção	270ª ZE	Piracicaba
187ª seção	305ª ZE	Ribeirão Preto
184ª seção	074ª ZE	Mogi das Cruzes
356ª seção	317ª ZE	Praia Grande
010ª seção	399ª ZE	Limeira

No dia da eleição

Em ambiente totalmente controlado por câmeras e sob a vigilância da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica nas Eleições 2020, presidida pelo desembargador José Antonio Encinas Manfré, os trabalhos tiveram início às 7h do dia da eleição (dias 15 e 29/11).

Os votos em cédulas eram retirados das urnas de lona, exibidas aos membros fiscalizadores e digitados em um computador e na urna eletrônica. O procedimento foi feito durante todo o dia e a votação foi encerrada às 17h. O resultado dos votos impressos e os registrados nas urnas eletrônicas foi idêntico.

Também durante o dia da eleição foi verificada a autenticidade dos sistemas instalados nas dez urnas eletrônicas sorteadas para esta modalidade de auditoria. Nelas foi inserida mídia de verificação e conferidos as assinaturas e os resumos digitais, com a emissão de um relatório ao final. Da mesma forma, não foram encontradas inconsistências.

Essas auditorias são de grande relevância para a Justiça Eleitoral, que é frequentemente questionada sobre a confiabilidade da urna eletrônica. Com as demonstrações realizadas nas Eleições 2020, mais uma vez ficaram comprovadas a legitimidade dos sistemas eleitorais e a segurança da urna e do processo eletrônico de votação.

JE CONNECT EM MAIS DE 70 CIDADES

O sistema JE Connect é uma tecnologia que permite a transmissão do resultado das urnas diretamente do local de votação, agilizando o processo de apuração, com garantia de segurança dos dados. Nas eleições 2020, 71 cidades paulistas contaram com essa tecnologia.

No primeiro turno das eleições, foram 132 pontos de transmissão, com o envolvimento de 46 zonas eleitorais. Dez zonas eleitorais utilizaram o JE Connect em 52 pontos de transmissão, em quatro municípios, no segundo turno.

O sistema

O JE Connect funciona a partir de um computador com acesso à internet, instalado diretamente no ponto de transmissão. A conexão utiliza uma rede privada virtual (VPN), que garante a segurança no

tráfego de dados.

Assim que a votação é encerrada, as mídias de resultado são retiradas das urnas eletrônicas e conectadas no computador, que faz a transmissão dos votos. O procedimento é idêntico ao realizado nos cartórios eleitorais, porém sem o deslocamento das mídias, o que economiza tempo.

Em 2014 o TRE-SP utilizou o JE Connect, de forma experimental, em dez cidades do Estado. Em 2016, o sistema foi utilizado em 48 municípios; e em 2018, em 58.

ELEIÇÕES DO FUTURO

Em 15 de novembro de 2020, dia do primeiro turno das eleições municipais, 26 empresas de tecnologia demonstraram soluções para votação online, nas cidades de São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Valparaíso de Goiás (GO).

Em São Paulo, as demonstrações foram realizadas no Instituto Presbiteriano Mackenzie e na Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec).

O evento fez parte do projeto Eleições do Futuro, elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o objetivo de conhecer as tecnologias disponíveis no mercado para uma possível inovação no sistema eletrônico de votação.

As demonstrações tiveram a participação de eleitores, em votação simulada, com candidatos fictícios.

As propostas apresentadas tiveram de atender a requisitos mínimos, como sigilo do voto, segurança e transparência.

Com os dados coletados, o TSE vai decidir se adotará ou não alguma inovação no sistema de votação.

JUSTIFICATIVA INÉDITA PELO APLICATIVO E-TÍTULO

O e-Título, aplicativo da Justiça Eleitoral, ganhou mais funcionalidades em 2020. Além de servir como documento de identificação, instrumento de consulta de situação eleitoral, local de votação, segunda via, entre outras funções, ele também pôde ser usado para o eleitor justificar a ausência às urnas.

No dia da eleição, para quem estava fora de seu domicílio eleitoral, a justificativa se deu pelo sistema de georreferenciamento, que possibilitou a identificação da ausência do eleitor do município em que deveria votar.

Passado o pleito, no prazo de 60 dias, o eleitor pôde justificar a ausência também pelo dispositivo, preenchendo um formulário de requerimento e anexando documento comprobatório da impossibilidade de comparecimento às urnas.

Apesar de instabilidades no primeiro turno, o e-Título teve papel fundamental no recebimento de justificativas. Até 15 de dezembro de 2020, foram 835.289 pedidos de justificativa para o primeiro turno, e 454.569 para o segundo turno.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES

Eleições suplementares foram realizadas em 14 municípios paulistas em 3 de outubro de 2021. O indeferimento dos pedidos de registro dos candidatos mais votados nas eleições municipais de

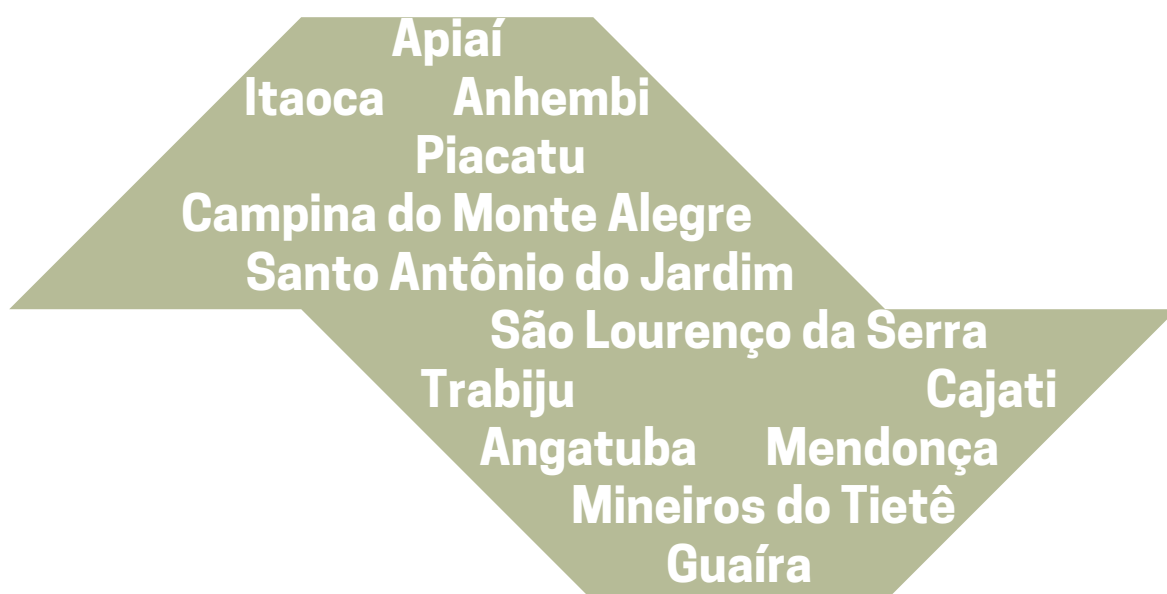
2020 para os cargos de prefeito foi a razão que levou à realização de novas eleições.

A Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) autoriza a participação do candidato com registro sub judice em todos os atos de campanha, ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior.

Código Eleitoral

O Código Eleitoral (Lei 4.737/1965) prevê a realização de novas eleições, entre outras hipóteses, nos casos em que a decisão da Justiça Eleitoral importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato de candidato eleito em pleito majoritário independentemente do número de votos anulados.

Confira abaixo os municípios onde houve eleições suplementares em 3 de outubro de 2021.



Adiamento das eleições

As eleições suplementares foram adiadas por três vezes em nove municípios paulistas e por uma vez, em Angatuba, em razão do agravamento da pandemia da Covid-19 e da alta taxa de ocupação de leitos do sistema de saúde na região dos municípios. Nas cidades de Mendonça, São Lourenço da Serra, Mineiros do Tietê e Guaira não houve adiamento, pois as eleições foram aprovadas em agosto.

ATENDIMENTO INOVADOR

Título Net

Com a suspensão do atendimento ao público externo em março, o sistema Título Net passou a ser utilizado para operações de alistamento, revisão e transferência do título, pelos eleitores, sem sair de casa.

Inicialmente, o sistema permitia apenas o preenchimento do formulário de requerimento, com o envio aos cartórios eleitorais da documentação necessária por e-mail. Em abril, o programa foi aperfeiçoado, permitindo o envio dos documentos pela própria plataforma.

Como o TSE autorizou o processamento das operações de cadastro sem a coleta biométrica (Res.23.616/2020), os eleitores puderam regularizar sua situação eleitoral à distância.

Para quem estava com débitos eleitorais, outra facilidade: o processamento do pagamento de multas passou a ser feito de forma automática, sem a necessidade de apresentação do comprovante de quitação no cartório eleitoral.

No período de 17 de março a 6 de maio, quando houve o fechamento do cadastro eleitoral, 99.476 paulistas foram atendidos pelo sistema TítuloNet.

Fim de alistamento online contabiliza mais de 109 mil requerimentos

Durante a pandemia de Covid-19, com as unidades da Justiça Eleitoral paulista fechadas, a Justiça Eleitoral precisou rapidamente se adaptar para atender os eleitores no ano da eleição municipal. Assim, por meio do sistema Título Net, mais de 109 mil paulistas foram atendidos até 6 de maio de 2020, prazo limite para o envio de solicitações de alistamento, transferência e atualização de dados cadastrais, de acordo com o calendário eleitoral daquele ano.

O aprimoramento da ferramenta Título Net permitiu ao cidadão requerer atendimento diretamente pelo site, sem sair de casa, com o envio digital de seus documentos e acompanhamento do andamento da solicitação.

Atendimento online

Devido à suspensão dos atendimentos presenciais nos cartórios eleitorais em decorrência da pandemia da Covid-19, os serviços de alistamento, transferência de título e revisão de dados passaram a ser realizados online, por meio do formulário Título Net, disponível na área Atendimento online do site (<https://www.tre-sp.jus.br/eleitor/atendimento-online/titulo-de-eleitor>).

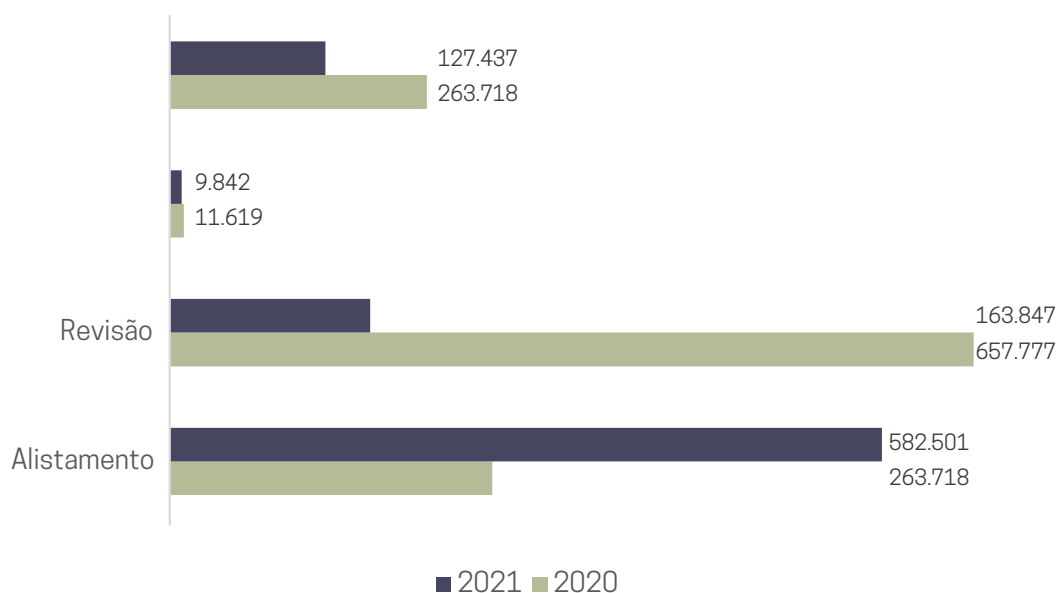
O eleitor tem a opção também de solicitar atendimento e esclarecer dúvidas por e-mail enviado ao seu cartório eleitoral e via WhatsApp, sendo este disponibilizado por algumas zonas eleitorais.

O atendimento online é desafiador para uma parte dos eleitores que não têm acesso à internet, mas por um outro lado proporciona conveniência e agilidade na prestação do serviço ao público.

Outros serviços podem ser acessados pelo site do TRE-SP, como emissão de guia para quitação de multas, certidão de quitação eleitoral e outras certidões.

Inserir dados de atendimento em tabela separada. Foi pedido para o Seção de Banco de Dados em 13/08

Atendimentos online realizados em 2020 e 2021



Balcão Virtual

O Balcão Virtual é uma das novidades de 2021. O canal oferece atendimento, por meio de plataforma de videoconferência (plataforma Zoom), a advogados, partes e interessados em processos que tramitam na Justiça Eleitoral paulista. O atendimento online responde a demandas sobre processos físicos e eletrônicos em andamento na Secretaria do TRE e nos cartórios eleitorais do Estado.

As salas de atendimento podem ser acessadas durante o horário previsto de funcionamento ao público. Cada unidade da Secretaria Judiciária e cada cartório eleitoral mantém uma sala.

Processos que tramitam em segredo de justiça somente são atendidos no Balcão Virtual mediante apresentação de documento original com foto, a fim de comprovar a sua habilitação para ter acesso às informações dos autos.

O canal não é utilizado para o protocolo de petições e documentos, que seguem com encaminhamento via Processo Judicial Eletrônico (PJe), caso o processo seja eletrônico, e pelo Sistema de Petição Eletrônica, caso seja físico.

A criação do Balcão Virtual atende ao disposto pela Resolução 372/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e está em funcionamento no TRE-SP desde abril de 2021.

Atendimentos no Balcão Virtual - de 05/04/2021 a 30/09/2021

Coordenadoria de Autuação e Distribuição	62
Coordenadoria de Processamento	61
Coordenadoria das Sessões	37
TOTAL	160



Cancelamentos suspensos

O TSE suspendeu os efeitos dos cancelamentos de inscrições eleitorais decorrentes de revisões biométricas ocorridas em 2019. Com isso, mais de 2 milhões de eleitores paulistas nessas condições ficaram aptos a votar em 2020. Após as eleições as inscrições voltaram a figurar como canceladas.

A medida foi editada (Res. TSE 23.616/2020) após o estabelecimento do regime de plantão extraordinário da Justiça Eleitoral (Res. TSE 23.615/2020), que suspendeu o expediente presencial de servidores, magistrados, estagiários e colaboradores e deu orientações sobre o atendimento online de eleitores.

Com a persistência e o agravamento da pandemia da Covid-19 em 2021, o TSE suspendeu, por meio da Resolução 23.637/21, também as consequências para os eleitores que não votaram nem justificaram a ausência nas Eleições 2020. Com a suspensão, possibilitou-se a emissão da Certidão de Quitação Eleitoral mesmo para os que deixaram de pagar as multas referentes aos dois turnos do pleito, enquanto o atendimento presencial estivesse suspenso.

Medidas urgentes

Como o avanço da pandemia da Covid-19, o TRE adotou medidas urgentes de prevenção contra a doença até então pouco conhecida e de rápida disseminação. Por outro lado, era necessário garantir a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista, principalmente em ano de eleições municipais.

Entre as medidas de prevenção da Covid-19 adotadas pelo TRE, destaca-se a distribuição de kits de máscaras de proteção facial de tecido reutilizável, com três unidades, para servidores e requisitados da Secretaria e dos cartórios eleitorais do Estado. De 1º de março de 2020 a 17 de agosto de 2021

foram distribuídos 13.554 pacotes de máscaras.

Trabalho remoto

O teletrabalho já era objeto de estudos no TRE-SP, desde de 2018, quando a Portaria TSE 708/2018 autorizou esse modelo de trabalho no âmbito daquele tribunal.

Com a pandemia vivenciada em 2020, o processo teve de ser acelerado e colocado em prática de maneira imediata. “Implementamos o trabalho remoto com os recursos que já tínhamos, porém, com restrições no número de acessos simultâneos. Era preciso avaliar o impacto do uso do VPN [*virtual private network* ou rede privada virtual, tecnologia que permite o acesso ao computador de forma segura e à distância] em conjunto com as demais atividades e determinar um perfil de consumo dos recursos de rede, para dimensionar o acréscimo de acessos.”, conta o secretário de Tecnologia da Informação do TRE, Daniel Forlivesi.

No início, foi liberada apenas uma conexão VPN por zona eleitoral. Gradualmente, foram autorizadas mais conexões, à medida em que era estudado o volume de dados trafegando na rede em relação ao limite de sua capacidade. A aquisição de dois novos links de internet de maior desempenho deram ao TRE o potencial para o trabalho remoto de 100% dos servidores.

Levando o trabalho para casa

Para habilitar esse trabalho, foi necessária uma força-tarefa na Seção de Suporte ao Usuário. Durante o ano, foram 2.371 chamados relacionados à configuração do computador para o teletrabalho e 4.543 chamados relacionados ao VPN. No ano de 2019, foram 263 chamados relacionados ao VPN.

Aplicativo Zoom

Uma nova realidade, que aumentou a demanda por experiências virtuais, exigiu a implementação de novos serviços. Para viabilizar as videoconferências, foi feita a aquisição de uma licença do aplicativo Zoom. Por meio dele, foram realizadas 2.730 reuniões virtuais, tanto internamente como com outros órgãos. A cerimônia de diplomação, por exemplo, feita em formato híbrido, utilizou o sistema para colocar 52 vereadores eleitos, além de magistrados membros da Corte eleitoral, representantes da OAB e do Ministério Público, no plenário do Tribunal, ao vivo, por um telão.

Pelo Zoom também foram realizadas palestras, seminários, congressos e debates, sempre com exibição ao vivo, pelo canal do TRE no YouTube. Essa funcionalidade, que integra os dois sistemas, permitiu o acompanhamento dos eventos pelo público, em tempo real.

Outra solução encontrada em tempos de pandemia foi a adoção do aplicativo WhatsApp Business e do Slack. Ambos aplicativos gratuitos de mensagens instantâneas, o primeiro foi utilizado para convocação de mesários e o segundo, para a comunicação entre os cartórios e a Secretaria.

Para melhorar a prestação de serviço interno, realizado pela Seção de Suporte ao Usuário, foi configurado o Voip (*Voice Over Internet Protocol*, ou Voz no IP), serviço de telefonia que permite o recebimento de chamadas a partir de um computador conectado na internet. Com isso, foi otimizado o sistema de recebimento de chamadas, que antes eram direcionadas aos celulares dos técnicos, fazendo com que muitas chamadas fossem perdidas caso eles já estivessem em outra ligação. Com o novo sistema, foi implementada uma lista de espera, que depois foi configurada de modo a informar

ao solicitante sua posição na fila.

O resultado dos esforços empregados na implementação do trabalho remoto no TRE-SP traduziu-se no êxito da continuidade da prestação de serviço ao público, no sucesso das eleições municipais e na satisfação dos servidores, demonstrando a força desta instituição ante uma situação difícil e imprevisível.

PALAVRA DOS SERVIDORES

“Foi uma experiência incrível, que permitiu o desenvolvimento de outras habilidades de gestão (por meio de reuniões virtuais e grupos de WhatsApp) e de acompanhamento dos trabalhos realizados à distância”

Cíntia Nakasa – chefe da 001ªZE – Bela Vista - São Paulo/SP

“O fato de podermos acessar os sistemas e fazer tudo em casa é incrível. O pessoal da informática fez milagre!”

Alexandre Sanches – chefe da 288ª ZE - Rio Claro

“Foi tudo muito rápido. Saímos de zero atendimento online direto para um fim de alistamento totalmente remoto!. De repente tínhamos acesso a todos os sistemas em casa e conseguimos trabalhar como se estivéssemos no cartório. Foi muito bom.”

Rafaela Marques – chefe da 250ª ZE – Lapa - São Paulo/SP

“Para nós foi ótimo. Uma solução que permitiu preservarmos nossa saúde e continuar realizando o trabalho com dedicação.”

Fabiano Segala – chefe da 101ªZE – Presidente Prudente/SP

“Foi necessário nos adaptarmos a essa nova forma de trabalho e organização e o Tribunal nos proporcionou ferramentas para adequação a essa nova realidade.”

Eleine Barbosa – chefe da 333ªZE – Pedreira/SP

O reforço do atendimento psicológico

A necessidade de isolamento social durante a pandemia e consequente instituição do trabalho remoto provocaram uma quebra na rotina dos servidores, que se viram, de uma hora para outra, trabalhando de casa, tendo que conciliar os afazeres profissionais com os cuidados da casa e dos filhos. Somando-se a isso, o medo, incertezas e angústias diante de uma doença pouco conhecida. Tinha-se a ambientação perfeita para o desenvolvimento de problemas psicológicos.

Diante desse cenário e em conjunto com as ações preventivas realizadas pelo TRE para enfrentar a realidade do novo coronavírus, foi instituído o Projeto Manejo da Crise – Atendimento Emergencial em Psicologia, em prol da manutenção da saúde mental dos servidores.

O projeto teve como objetivo o atendimento psicológico online realizado por servidores ocupantes do cargo de apoio especializado em psicologia, da Coordenadoria de Apoio à Saúde, a servidores do quadro e requisitados que necessitassem, em caráter emergencial, a fim de minimizar os impactos emocionais provenientes do isolamento social.

Foram ofertadas de uma a quatro sessões por servidor, podendo ser ampliado, de acordo com a necessidade.

Até dezembro de 2020, foram realizados 1.021 atendimentos a 144 servidores, sendo 40 requisitados (28%) e 104 do quadro (72%). Do total de servidores atendidos, 35% (51) estavam lotados na Secretaria, 21% (30) em cartórios da capital e 44% (63) em cartórios do interior.

Justiça Eleitoral participa de vacinação contra Covid-19 em Botucatu

Em estudo inédito no Brasil sobre a eficácia da vacina Oxford/AstraZeneca contra a Covid-19, mais de 60 mil pessoas, entre 18 e 60 anos, foram imunizadas em Botucatu, no interior de São Paulo, em maio de 2021. A Justiça Eleitoral teve participação essencial no projeto, atuando em sua logística e execução.

Essa participação decorreu de acordo assinado entre o TRE e a Prefeitura Municipal. Utilizando a já reconhecida boa experiência das eleições, a vacinação pôde ser realizada em toda a população em um único dia.

O cartório eleitoral da cidade (26ª Zona Eleitoral) cooperou com a estrutura de mesários voluntários, de montagem adaptada de locais de votação, que se tornaram pontos de vacinação, e de distribuição de eleitores entre esses locais, aplicando a mesma logística usada nas eleições.

O chefe da 26ª ZE, Igor Ignácio, comentou a participação na campanha. “Fui mais um voluntário, como tantos, nesse evento incrível que aconteceu em nossa cidade. Foi um evento marcante pela magnitude, importância e significado. A alegria de poder ver as pessoas saindo dos colégios imunizadas, a esperança no rosto de cada um e a certeza de que dias melhores virão”, afirmou.

No dia da vacinação, os colaboradores da Justiça Eleitoral auxiliaram nos trabalhos de triagem e identificação dos cidadãos, que precisaram apresentar documento oficial com foto e comprovante de residência para vacinar nos locais em que votam. Ao todo, foram usados 45 locais de votação.

O projeto contemplou a aplicação de duas doses da vacina em 80 mil moradores, ou seja, a população adulta de Botucatu, que tem quase 150 mil habitantes. O objetivo foi investigar a efetividade do imunizante assim como fazer o sequenciamento genético de Covid-19 entre os casos positivos.

CANAIS DE RELACIONAMENTO



O TRE tem aprimorado seus canais de relacionamento com o público interno e externo. A instituição considera que o contato direto com os cidadãos contribui de forma decisiva para o aprimoramento da prestação de serviço e fortalecimento institucional.

Em 2020, em razão da suspensão do atendimento presencial a partir do fim de março, os canais foram fundamentais como fontes de informação aos eleitores. A Ouvidoria, o Núcleo de Informação ao Cidadão (Nic) e o Núcleo de Atendimento Telefônico ao Eleitor (Nate) fizeram juntos mais de 200 mil atendimentos.

Atendimentos

Ano	Ouvidoria	Núcleo de Atendimento Telefônico ao Eleitor (Nate) - 148	Núcleo de Informação ao Cidadão	Redes Sociais
2021*	1908	116.504	1398	2.198
2020	4.685	195.499	3.280	6.098

* até 30/11/2021

As redes sociais também contribuíram significativamente na prestação de serviço aos eleitores. Com milhares de mais de 135 mil seguidores, os perfis do TRE no Twitter, Facebook e Instagram difundiram informações e orientações por meio de postagens diárias e receberam 6.098 dúvidas em 2020 e 2.198 em 2021, respondidas prontamente pela equipe de monitoramento.

Ouvidoria

Atuando desde 2001, a Ouvidoria do TRE recebe, diariamente, reclamações, denúncias, elogios e sugestões relativos aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral paulista. Em 2020 foram 4.685 chamados. Os temas mais recorrentes foram solicitações sobre convocação e dispensa de mesários (655), certidão (259) e reclamações acerca de sistemas, TítuloNet e fechamento do cadastro (248). A principal forma de contato com a Ouvidoria foi pelo site do TRE (72%).

NATE - Núcleo de Atendimento Telefônico ao Eleitor - 148

O atendimento telefônico, disponibilizado ao público para esclarecimentos sobre os serviços eleitorais, também teve grande demanda em 2020. Devido ao fechamento das unidades (Secretaria e cartórios eleitorais) e adiamento das eleições, a unidade se mostrou importante para ajudar a esclarecer dúvidas de eleitores.

Com 195.499 atendimentos, as informações mais solicitadas foram sobre alistamento, transferência, revisão e segunda via do título de eleitor (78.476), com maior ocorrência em maio, época do fechamento do cadastro, e justificativa eleitoral (26.023), com maior incidência em novembro, mês das eleições municipais. Outros assuntos de destaque foram consulta de débitos por ausência às urnas (20.258), certidão de quitação eleitoral (18.693), consulta de local de votação e de número de título (12.298).

Núcleo de Informação ao Cidadão (Nic)

Criado em 2012 pela Portaria TRE-SP 134/2012, para atender a disposições da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), o Nic recebeu, em 2020, 3.280 solicitações de dados. Verificou-se um aumento considerável na demanda em relação aos anos anteriores. Considerando o biênio 2016/2017, foram 2.418 solicitações e, em 2018/2019, 2.245. Em 2021 (até 30 de novembro), o NIC recebeu 1.398 pedidos de informação.

REDES SOCIAIS

As redes sociais do TRE-SP cresceram de forma considerável nos últimos dois anos. O advento da pandemia da COVID-19 acelerou ainda mais o uso de mídias sociais na busca por informações e isso impactou diretamente nas redes do TRE. Houve crescimento do Facebook, Twitter e Instagram, sendo esta última a que mais cresceu no biênio.

“Ao acompanhar de perto as redes sociais do Tribunal, pude ver como o fornecimento de informações de qualidade bem como o contato direto com o eleitor impactam de forma positiva a relação entre a Justiça Eleitoral e os cidadãos. Nas redes sociais, podemos esclarecer o eleitor e tirar suas dúvidas de forma rápida e direta, diminuindo, inclusive, a busca pelos cartórios eleitorais,” explica a gestora de mídias sociais do TRE-SP, Rhaíssa Bryk

Facebook

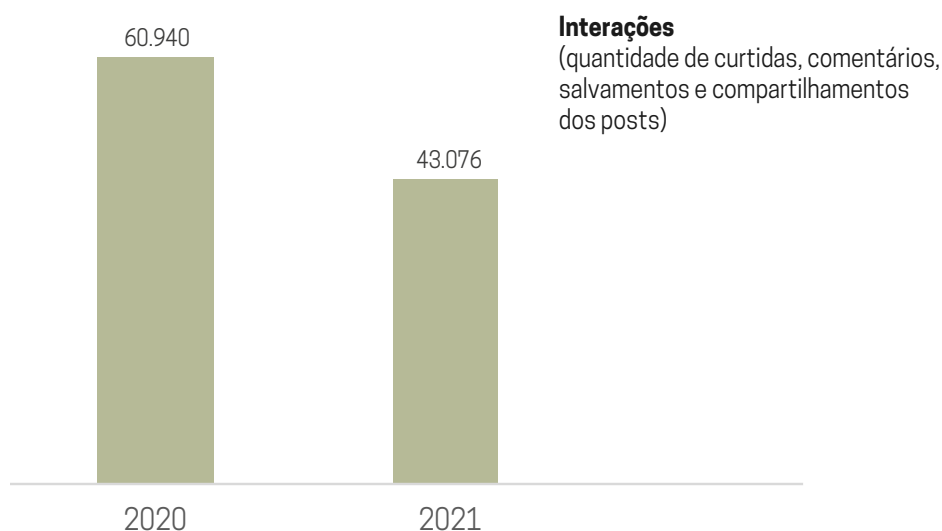
Desde 2015 no Facebook, o TRE alcançou, em junho de 2020, a marca de 100 mil seguidores, feito inédito entre os Tribunais Regionais Eleitorais do país.

Com postagens diárias sobre temas como regularização do título, voto e eleições, segurança das urnas eletrônicas, participação feminina, entre outros, as publicações alcançaram 19.248.219 pessoas.

Interações	2020	2021
Alcance (total de pessoas que receberam as postagens)	19.248.219	4.625.860
Interações (curtidas, compartilhamentos, cliques no link e comentários)	453.349	465.570

Instagram

Com 15.091 seguidores, o perfil do TRE no Instagram postou conteúdo sobre os serviços eleitorais e temas relacionados a cidadania.



TWITTER

No Biênio 2020/2021, foram lançadas novas iniciativas para o Twitter, baseadas no perfil de seguidores do TRE nessa rede social, que é composto predominantemente por jornalistas, advogados e estudantes da área jurídica.

Ao longo do período, foram implementadas as séries “Você sabe o que é?”, que explica termos do vocabulário eleitoral com linguagem simples e acessível; e “Qual a diferença?”, que diferencia termos do vocabulário eleitoral que costumam gerar dúvidas entre os eleitores.

A rede social passou, ainda, a compartilhar os links para as sessões de julgamento do Tribunal - que passaram a ser virtuais em razão da pandemia - com frequência média de duas vezes por semana.

O Twitter atingiu a marca de 14 mil seguidores em setembro de 2021 e continua em crescimento.

YOUTUBE

O canal do TRE no YouTube recebeu muitos vídeos em 2020. Com o aumento dos eventos transmitidos ao vivo pela plataforma, como debates, congressos e palestras, e a transmissão das sessões plenárias, que depois ficam armazenados no canal para visualização posterior, os mais de 5

mil subscritos podem acessar os conteúdos a qualquer hora.

Em janeiro de 2020 o canal tinha 4.800 inscritos, finalizando o ano com 11.400, totalizando um aumento de 999% em relação ao número de inscrições feitas em 2019.

O número de visualizações dos vídeos das sessões plenárias foi exponencialmente crescente ao longo do ano de 2020: 2.147 em julho, 6.899 em agosto, 10.610 em setembro, 16.488 em outubro e 99.697 em novembro. A sessão de 13 de novembro, a última antes do primeiro turno das eleições municipais, atingiu o maior número de visualizações: 15.807.

O ano de 2021 se encerra com 12.746 inscritos no YouTube.

Política de Comunicação Social

A Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), do TRE-SP, criou a Política de Comunicação Social da instituição, em 2021, inédita entre os tribunais eleitorais do país. A CCS, integrada pelas seções de Jornalismo e de Mídias e Campanhas, é a responsável pela coordenação, implementação, revisão e gestão dessa Política, normatizada na Resolução 559/2021, publicada em setembro.

Área competente para gerenciar os canais de comunicação institucionais, a missão da Coordenadoria é promover uma comunicação pública de excelência, criando e difundindo conteúdos que contribuam para a atuação cidadã, promovendo um relacionamento transparente com os veículos de comunicação e estimulando a disseminação de conhecimento e maior engajamento entre os profissionais do Tribunal.

Inovação, criatividade, agilidade e transparência na comunicação com os públicos, linguagem clara e precisa e profissionalismo são exemplos de valores que direcionam a condução das publicações e campanhas do TRE.

Entre os objetivos que norteiam a área de Comunicação, destacam-se a divulgação de informações de interesse público, como prestação de serviços eleitorais e resultados de julgamentos; a promoção de campanhas educativas, como as de mesários, acessibilidade e participação feminina; e o aperfeiçoamento de conteúdos e canais de divulgação internos.

Atualmente, os principais produtos e canais de comunicação institucional são: Notícias do TRE (jornal mensal interno), Novidades (canal diário de notícias na intranet), site, redes sociais, listas de transmissão de conteúdo via aplicativo de mensagem instantânea e podcast, criado em 2021 como projeto-piloto ao público interno.

A Política de Comunicação está dividida em Missão, Visão e Valores; Diretrizes; Objetivos e Atividade da Comunicação Social.



Sessões plenárias virtuais

Considerando a necessidade de manutenção dos serviços jurisdicionais prestados pela Justiça Eleitoral, as sessões de julgamento passaram a ser realizadas por videoconferência a partir de 24 de março de 2020.

No dia 30 daquele mês, o TRE aprovou a Resolução 489/2020, que regulamentou as sessões plenárias em ambiente remoto.

O sistema se mostrou eficaz, permitindo todos os recursos de um julgamento presencial, como a sustentação oral de advogados. Além disso, todas as sessões foram transmitidas ao vivo pelo canal do TRE no YouTube, para acompanhamento de todos os interessados.

A transmissão das sessões foi fator relevante para o aumento do número de inscritos no canal, que passou de 4.800 em janeiro de 2020 para 11.400 em dezembro. O número de visualizações das sessões plenárias também cresceu ao longo do ano, de 2.147 em julho para 99.697 em novembro.

Ao todo, foram julgados 3.417 processos em 151 sessões virtuais realizadas em 2020.

Sessões de julgamento adotam formato híbrido

As sessões de julgamento do TRE passaram a ser híbridas, parte presencial e parte remota, a partir de 12 de julho de 2021. Segundo o presidente da Corte, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, trata-se de “um retorno paulatino à normalidade”.

Na nova fase, preparado o ambiente conforme os protocolos de segurança sanitária, alguns juízes participam da sessão no plenário do TRE, mas as sustentações orais continuam sendo feitas

exclusivamente por videoconferência.

As sessões de julgamento podem ser acompanhadas pelo público por meio do canal do TRE no YouTube.

Número de processos julgados

No campo jurisdicional, o ano de 2020 foi marcado pelos processos relacionados às eleições. Foram quase 5 mil somente em segunda instância. A maioria a respeito de registro de candidatura (2.589), seguido de prestação de contas (1.601).

Em novembro, mês de eleições, foi registrado o maior número de feitos do ano: 1.963. Ao todo, quase 7 mil processos foram julgados em 2020 pelo TRE.

As sessões plenárias por videoconferência garantiram a continuidade da prestação do serviço e muitas vezes as sessões, que iniciavam às 15h, estenderam-se até à noite, com mais de 100 processos na pauta.

TRE designa 1ª e 2ª Zonas Eleitorais para julgamento em matéria penal

O TRE-SP aprovou, em março de 2021, em sessão plenária, a designação específica da 1ª e 2ª Zonas Eleitorais para o processamento e julgamento, de forma especializada, de infrações penais comuns conexas a crimes eleitorais, pedidos de colaboração premiada, bem como cooperação jurídica em matéria penal. A matéria está disposta na Resolução 528/2021.

O processamento e julgamento de infrações comuns conexas a crimes eleitorais ocorre apenas quando relacionadas aos tipos penais previstos na Resolução, cabendo ao juiz eleitoral a execução das sentenças condenatórias, exceto quando privativas de liberdade.

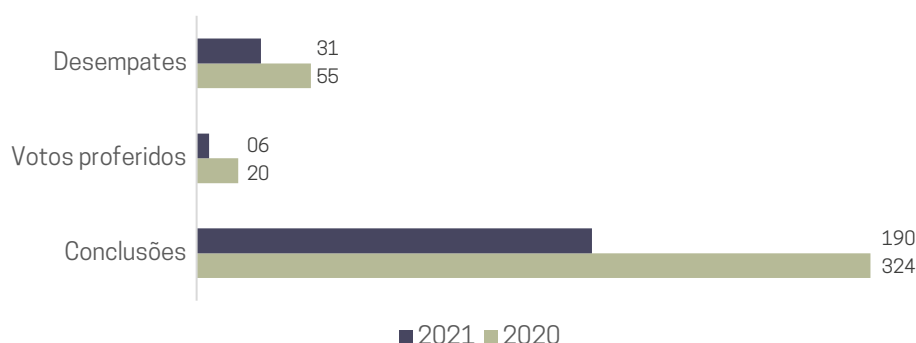
A Presidência do Tribunal, em ato próprio, pode celebrar convênios com outros órgãos para compartilhamento de informações e cessão de agentes especializados quando a complexidade do processo assim exigir. Assim, esses cartórios receberam 70 processos derivados da operação Lava Jato.

Estatística – Secretaria Judiciária

Despachos proferidos pelo Presidente

	2020	2021	Total
Recursos especiais (juízo de admissibilidade)	311	273	584

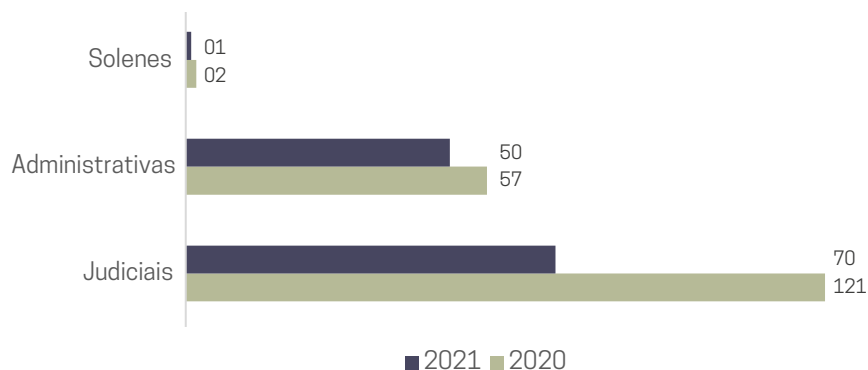
Conclusões, votos proferidos e votos de desempate (período 01.01.2020 a 30.09.2021)



Despachos do Juiz Assessor da Presidência publicados no Diário de Justiça Eletrônico (período 01.01.2020 a 30.09.2021)

	2020	2021	Total
Despachos Juiz Assessor da Presidência	10	1	11

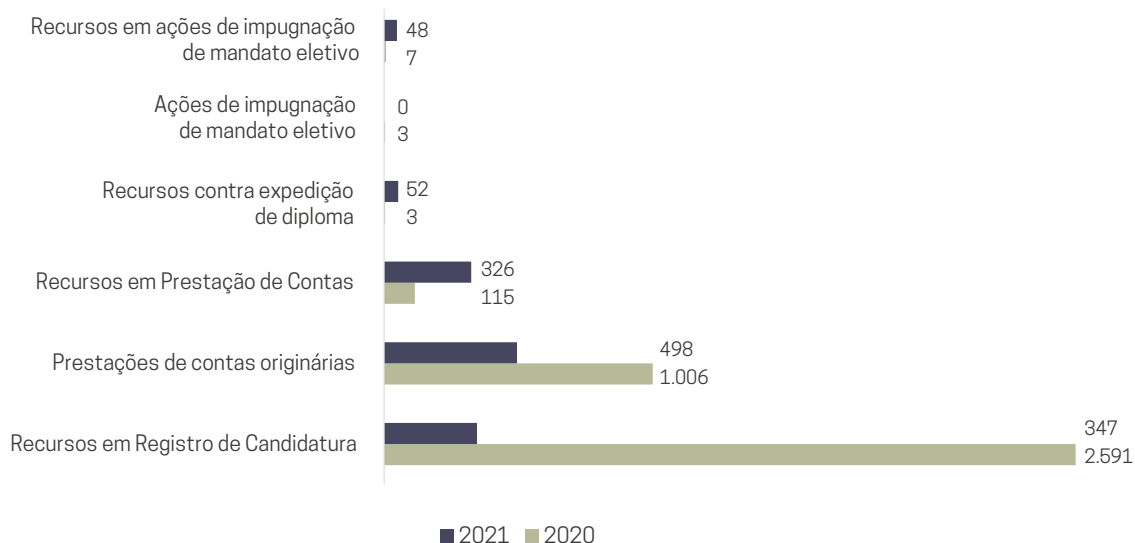
Quantidade de sessões (período 01.01.2020 a 30.09.2021 -)



Sessão que julgou mais feitos

	2020	2021
Data	17/03/2020	27/07/2021
Qtd. de processos	201	39

Quantidade de feitos eleitorais julgados (período 01.01.2020 a 30.09.2021 - TOTAL 4.996)



Quantidade de feitos envolvendo ficha limpa julgados (período 01.01.2020 a 30.09.2021)

Fundamento legal	2020	2021	Total
Ficha Limpa (Lei nº 135)	739	566	1305

Total de feitos julgados (todas as classes)

	2020	2021	Total
Número de feitos julgados (todas as classes)	6598	2827	9425

Quantidade de feitos julgados em 2020 (janeiro a dezembro)

Mês	Quantidade (relativos às eleições)	Quantidade de feitos ordinários
Janeiro	90	62
Fevereiro	115	79
Março	115	407
Abril	59	22
Maio	106	55
Junho	107	66
Julho	96	172
Agosto	112	241
Setembro	273	225
Outubro	603	115
Novembro	1896	49
Dezembro	1505	28
TOTAL	5077	1521

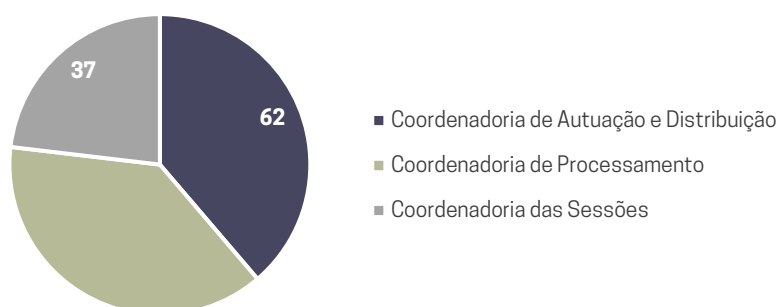
Quantidade de feitos julgados em 2021 (janeiro a 30.09.2021)

Mês	Quantidade (relativos às eleições)	Quantidade de feitos ordinários
Janeiro	230	71
Fevereiro	213	41
Março	356	49
Abril	337	14
Maio	312	11
Junho	313	22
Julho	250	35
Agosto	248	60
Setembro	182	83
TOTAL	2441	386

Prestação de Contas de partidos políticos apresentadas (diretórios regionais/Estaduais)

Espécie/tipo	2020	2021	Total
Prestação de Contas anuais - De Exercício Financeiro	34	44	78
Prestação de Contas - De Campanha	33	0	33

Atendimentos no Balcão Virtual (Referência: de abril/21 a 30.9.2021)



Relação de Resoluções do TRE/SP publicadas no período de 01 janeiro de 2020 a 30 setembro de 2021.

NÚMERO	ASSUNTO	DATA DO ACÓRDÃO
487/20	Dispõe sobre a competência dos Juízos Eleitorais para as eleições e apreciação de prestações de contas anuais dos órgãos municipais dos partidos políticos.	13/02/2020
488/20	Dispõe sobre a -suspensão dos prazos processuais; no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo e dá outras providências	17/03/2020
489/20	Disciplina a realização de sessões de julgamento por videoconferência no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.	20/03/2020
490/20	Disciplina estender expressamente aos inquéritos policiais a suspensão de prazos processuais prevista na Resolução TSE n. 23615/2020, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e dos Cartórios Eleitorais.	27/03/2020
491/20	Estabelece procedimentos para exame técnico das prestações de contas dos diretórios estaduais relativas ao pleito de 2018 no âmbito do Estado de São Paulo.	16/04/2019
492/20	Disciplina a prorrogação da suspensão do expediente presencial, a manutenção de medidas que assegurem a continuidade de atividades da Justiça Eleitoral Paulista, altera as regras de suspensão dos prazos processuais e de inscrição para sustentação oral por videoconferência.	28/04/2020
493/20	Regulamenta a convocação de membros da mesa receptora de votos e/ou justificativas e do apoio logístico.	28/05/2020
494/20	Estabelece procedimentos para exame técnico das prestações de contas anuais dos diretórios estaduais dos partidos relativas aos exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019, no âmbito do Estado de São Paulo.	09/06/2020
495/20	Dispõe sobre o horário de expediente; o peticionamento nos pedidos de registro de candidatura; as intimações por mural eletrônico nos processos de registro de candidatura, representações, reclamações e pedidos de resposta; as intimações dos recursos no Tribunal; as inscrições para sustentação oral; o horário de conclusão dos processos com pedidos de natureza urgente, referentes às Eleições Municipais de 2020, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo.	18/09/2020
496/20	Disciplina o retorno gradual do trabalho presencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.	07/07/2020
497/20	Dispõe sobre a designação de Comissão de Auditoria da votação eletrônica, nas eleições de 2020.	06/08/2020
498/20	CANCELADA	
499/20	Institui, no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, o Plano de Segurança Orgânica e dá outras providências.	26/08/2020
500/20	Altera e prorroga o plano de retorno gradual do trabalho presencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, instituído pela	31/08/2020

NÚMERO	ASSUNTO	DATA DO ACÓRDÃO
501/20	Institui no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo o Novo Diário da Justiça Eletrônico	03/09/2020
502/20	Altera o artigo 1º da Resolução TRE/SP n.º 497/2020.	18/09/2020
503/20	Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.	09/10/2020
504/20	Prorroga e altera o plano de retorno gradual do trabalho presencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, instituído pela Resolução TRE/SP n. 496, de 7 de julho de 2020.	18/09/2020
505/20	Regulamenta a prestação de serviço extraordinário, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, durante o período eleitoral correspondente às eleições municipais 2020.	21/09/2020
506/20	Altera a Resolução TRE/SP nº 495 de 18.09.2020.	21/09/2020
507/20	Altera a Política de Continuidade dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de São Paulo e dá outras providências.	30/09/2020
508/20	Dispõe sobre a transmissão de boletins de urna nas Eleições Municipais de 2020, com uso da Solução JE-Connect, e dá outras	30/09/2020
509/20	Dispõe sobre a transmissão de boletins de urna nas Eleições Municipais de 2020, em postos e pontos de atendimento da Justiça Eleitoral nas localidades que especifica, e dá outras providências.	07/10/2020
510/20	Dispõe sobre a alteração da Resolução TRE/SP n.º 509/2020, que trata a transmissão de boletins de urna nas Eleições Municipais de 2020, em postos e pontos de atendimento da Justiça Eleitoral nas localidades que especifica, e dá outras providências.	23/10/2020
511/20	Dispõe sobre os procedimentos relativos à geração de mídias, preparação e conferência das urnas para as Eleições Municipais de 2020.	23/10/2020
512/20	Dispõe sobre a alteração da Resolução TRE/SP n.º 508/2020 que trata da transmissão de boletins de urna nas Eleições Municipais de 2020, com uso da Solução JE-Connect, e dá outras providências.	26/10/2020
513/20	Dispõe sobre a alteração da Resolução TRE/SP n.º 509/2020, que trata a transmissão de boletins de urna nas Eleições Municipais de 2020, em postos e pontos de atendimento da Justiça Eleitoral nas localidades que especifica, e dá outras providências.	03/11/2020
514/20	Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos Corporativos do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.	03/11/2020
515/20	Dispõe sobre o agendamento prévio para entrega das mídias de prestação de contas das Eleições 2020.	24/11/2020
516/20	Dispõe sobre a expedição de diplomas, pela internet, para candidatos eleitos, inclusive suplentes, no Estado de São Paulo, em eleições municipais, e dá outras providências.	26/11/2020
517/20	Prorroga e altera o plano de retorno gradual do trabalho presencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, instituído pela Resolução TRE/SP n. 496, de 7 de julho de 2020.	09/12/2020

NÚMERO	ASSUNTO	DATA DO ACÓRDÃO
518/20	Dispõe sobre o Plantão Judiciário em segundo grau, no período compreendido entre os dias 20 de dezembro de 2020 e 6 de janeiro de 2021.	09/12/2020
519/20	Regulamenta a prestação de serviço extraordinário, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, durante o período correspondente ao exame das prestações de contas dos candidatos eleitos nas eleições municipais de 2020, em razão do cenário excepcional decorrente da pandemia da COVID-19.	16/12/2020
520/20	Estabelece instruções e aprova o respectivo Calendário Eleitoral para a realização de eleições suplementares municipais diretas para os cargos eletivos de Prefeito e Vice-Prefeito em 07 de março de 2021.	16/12/2020
521/21	Dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo para o período de 2021 a 2022.	21/01/2021
522/21	Dispõe sobre a alteração da Resolução TRE/SP n. 338, de 24 de fevereiro de 2015, que trata do Programa de Estágio Estudantil do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para disciplinar a promoção de cotas raciais para negros e negras.	23/03/2021
523/21	Dispõe sobre a alteração da estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, o remanejamento e a transformação de cargos em comissão e de funções comissionadas, sem aumento de despesa, e a alteração da Resolução TRE/SP n. 454, de 17 de outubro de 2018, que dispõe sobre a regulamentação das atribuições, atividades e estrutura administrativa da Ouvidoria.	09/03/2021
524/21	Estabelece instruções e aprova o respectivo Calendário Eleitoral para a realização de eleições suplementares municipais diretas para os cargos eletivos de Prefeito e Vice-Prefeito em 11 de abril de 2021.	22/02/2021
525/21	Prorroga e altera o plano de retorno gradual do trabalho presencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, instituído pela Resolução TRE/SP n. 496, de 7 de julho de 2020.	23/02/2021
526/21	Altera a Resolução TRE/SP no 418, de vinte e sete de novembro de 2017.	04/03/2021
527/21	Dispõe sobre a adoção de medidas temporárias, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	04/03/2021
528/21	Dispõe sobre a designação específica da 1ª e 2ª Zonas Eleitorais para processamento e julgamento, de forma especializada, das infrações penais comuns que especifica, sempre que conexas a crimes eleitorais, bem como os pedidos de colaboração premiada e de cooperação jurídica em matéria penal.	09/03/2021

NÚMERO	ASSUNTO	DATA DO ACÓRDÃO
529/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	18/03/2021
530/21	Acrescenta o anexo II, cartilha “Procedimentos para Classificação da Informação em Grau de Sigilo”, à Resolução TRE/SP nº 484/2019, que institui, no âmbito da Justiça Eleitoral de São Paulo, processo de classificação da informação.	06/04/2021
531/21	Altera o Anexo 2 da Resolução TRE/SP nº 356/2015, que atualiza os instrumentos de gestão documental no âmbito da Justiça Eleitoral de São Paulo.	06/04/2021
532/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	25/03/2021
533/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	13/04/2021
534/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	27/04/2021
535/21	Dispõe sobre alteração da estrutura organizacional da Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, com os consequentes remanejamento e transformação de cargos em comissão e de funções comissionadas, sem aumento de despesa, a fim de implementar e estruturar a dissociação das atividades da unidade de auditoria interna da unidade de prestação de contas eleitorais e partidárias.	29/04/2021
536/21	Dispõe sobre a realização de nova totalização de votos e o reprocessamento do resultado das eleições de maneira remota, durante o período de vedação da prática de atos de maneira presencial nos juízos eleitorais.	04/05/2021
537/21	Dispõe sobre as providências para a realização das eleições suplementares para os cargos eletivos de Prefeito e Vice-Prefeito, em 4 de julho de 2021, nos municípios de Apiaí, Campina do Monte Alegre, Itaoca, Leme, Piacatu, Santo Antônio do Jardim e Trabiçu, suspensas em razão do agravamento da pandemia da Covid-19 em São Paulo, com o ingresso de todas as áreas do Estado na fase vermelha do “Plano São Paulo” (alerta máximo).	11/05/2021

NÚMERO	ASSUNTO	DATA DO ACÓRDÃO
538/21	Estabelece instruções e aprova o respectivo Calendário Eleitoral para a realização de eleições suplementares municipais diretas para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a) em 04 de julho de 2021.	11/05/2021
539/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	13/05/2021
540/21	Dispõe sobre a realização de renovação das urnas eletrônicas sob condições normais de uso na renovação das eleições municipais para os cargos de Prefeita (o) e Vice-Prefeita (o) no Município de Leme em 04 de julho de 2021.	25/05/2021
541/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	27/05/2021
542/21	Dispõe sobre a designação de Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, na Eleição Suplementar do Município de Leme, em 04 de julho de 2021.	03/06/2021
543/21	Dispõe sobre a alteração da estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com o remanejamento e transformação de funções comissionadas, sem aumento de despesa, a fim de adequar a estrutura às novas demandas organizacionais.	17/06/2021
544/21	Estabelece instruções e aprova o respectivo Calendário Eleitoral para a realização de eleições suplementares municipais diretas para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a) em 1º de agosto de 2021.	10/06/2021
545/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	11/06/2021
546/21	Dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional – PEI do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo para o período de 2021 a 2026 e dá outras	15/06/2021
547/21	Dispõe sobre as providências para a realização das eleições suplementares para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a), em 1º de agosto de 2021, nos municípios de Apiaí, Campina do Monte Alegre, Itaoca, Leme, Piacatu, Santo Antônio do Jardim e Trabiçu, suspensas em razão de novo agravamento da pandemia da Covid-19 em São Paulo.	22/06/2021

NÚMERO	ASSUNTO	DATA DO ACÓRDÃO
548/21	Dispõe sobre as providências para a realização das eleições suplementares para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a), em 1º de agosto de 2021, nos municípios de Anhembi e Cajati suspensas em razão de novo agravamento da pandemia da Covid-19 em São Paulo.	22/06/2021
549/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	29/06/2021
550/21	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão temporária do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19) e para assegurar a continuidade das atividades inadiáveis da Justiça Eleitoral paulista.	15/07/2021
551/21	Institui a Política de Integridade e Compliance do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.	15/07/2021
552/21	Dispõe sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo para o período de 2021 a 2022 e dá outras providências.	27/07/2021
553/21	Dispõe sobre a Política de Gestão de Continuidade de Negócio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.	27/07/2021
554/21	Dispõe sobre a retomada do plano de retorno gradual dos trabalhos presenciais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo.	28/07/2021
555/21	Estabelece instruções e aprova o respectivo Calendário Eleitoral para a realização de eleições suplementares municipais diretas para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a) em 03 de outubro de 2021.	03/08/2021
556/21	Dispõe sobre as providências para a realização das eleições suplementares para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a), em 03 de outubro de 2021, nos municípios de Apiaí, Campina do Monte Alegre, Itaoca, Leme, Piacatu, Santo Antônio do Jardim e Trabiju, suspensas em razão de novo agravamento da pandemia da Covid-19 em São Paulo.	03/08/2021
557/21	Dispõe sobre as providências para a realização das eleições suplementares para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a), em 03 de outubro de 2021, nos municípios de Anhembi e Cajati suspensas em razão de novo agravamento da pandemia da Covid-19 em São Paulo.	03/08/2021
558/21	Dispõe sobre as providências para a realização das eleições suplementares para os cargos eletivos de Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a), em 03 de outubro de 2021, no município de Angatuba suspensa em razão do agravamento da pandemia da Covid-19 em São Paulo.	03/08/2021
559/21	Dispõe sobre a Política de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.	21/09/2021

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Planejamento estratégico 2021-2026

Em 2020, o Tribunal Regional Eleitoral contou com a colaboração de servidores, magistrados e eleitores para a elaboração do planejamento estratégico para os anos 2021 a 2026.

Por meio de uma pesquisa disponibilizada na internet em agosto, o Tribunal registrou análises acerca das capacidades internas e externas da Justiça Eleitoral paulista, para identificar forças e fraquezas, oportunidades e ameaças.

O Plano lança as diretrizes organizacionais para os próximos cinco anos por meio da revisão e definição da sua visão, missão, valores, objetivos e estratégias.

A Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições (Asspe) do Tribunal ressalta que conhecer profundamente a organização é o primeiro passo para a formulação de uma estratégia efetiva e que atenda às expectativas dos colaboradores e do público.

A Resolução 546/2021, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período de 2021 a 2026, foi aprovada em junho de 2021 pelo plenário do TRE.

O Plano, que atende ao disposto na Resolução 325/20 do Conselho Nacional de Justiça, e prevê a contribuição das unidades que compõem o TRE-SP na construção do planejamento estratégico institucional para os próximos seis anos, é revisado sempre que necessário, a fim de contemplar as evoluções naturais ocorridas durante o ciclo, antecipar estratégias e alinhar o direcionamento da instituição às diretrizes nacionais.

Indicadores das Redes Sociais

Os indicadores Engajamento nas Redes Sociais e Crescimento das Redes Sociais foram incluídos pela primeira vez no Planejamento Estratégico 2021-2026 do TRE-SP.

Esses indicadores medem o percentual de engajamento em relação ao total de visualizações dos posts publicados nas mídias sociais do TRE e o crescimento do número de seguidores no Facebook, Instagram e Twitter em relação ao ano anterior.

O Engajamento é responsável por medir a quantidade de curtidas, comentários, compartilhamentos e salvamentos das publicações do Tribunal, avaliando a qualidade dos posts e o nível de participação dos seguidores. É um indicador de resultado, pois verifica o atingimento total ou parcial do objetivo.

Já o Crescimento avalia a expansão do número de seguidores nas redes sociais. Trata-se de um indicador de esforço, que aponta total ou parcialmente as causas do resultado.

Os indicadores de redes sociais integram, no plano estratégico, o Macrodesafio (objetivos de longo prazo) “Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade”. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esse refere-se “à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos”.

O Macrodesafio desdobra-se nos seguintes objetivos estratégicos: “Zelar pela satisfação do usuário dos serviços prestados pelo TRE-SP” e “Aprimorar o relacionamento com atores e instituições parceiras para maximizar o desempenho organizacional”. A medição do engajamento e crescimento das redes sociais são dois dos indicadores implementados para medir as ações direcionadas aos objetivos.

Mapeamento de processos

Em 2021, a Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) realizou, pela primeira vez, o mapeamento de processos de trabalho da área, com o objetivo de proporcionar mais agilidade e transparência aos fluxos de trabalho. A iniciativa facilita e acelera, ainda, o aprendizado e a adaptação dos novos servidores da Comunicação, sendo uma fonte de consulta para toda a equipe.

O mapeamento consiste, em linhas gerais, na elaboração de um documento que registra a forma como são executados os processos, com a indicação do fluxo das atividades operacionais envolvidas.

As atividades de mapeamento da CCS, que inclui Seção de Jornalismo (ScJor) e Seção de Mídias e Campanhas (ScMC), foram representadas, graficamente, em fluxogramas (mapa de processo) e textualmente, detalhando-se, assim, as etapas dos processos de trabalho.

A documentação permite corrigir e aperfeiçoar os processos de trabalho, como eliminar ações duplicadas ou desnecessárias, simplificar métodos de trabalho e minimizar a probabilidade de erros.

ACESSIBILIDADE



Acessibilidade como valor institucional

O TRE-SP tem como um de seus valores institucionais a promoção da acessibilidade. Ao longo dos anos tem desenvolvido projetos de aumento da inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com a criação de seções eleitorais acessíveis, a atuação visando à eliminação de barreiras físicas nos locais de votação, a criação do Projeto Libras e a designação de coordenador de acessibilidade nos locais de votação, entre outras ações.

Em 2020 a Justiça Eleitoral paulista deu um passo adiante. Criou, em maio, a Comissão Permanente de Acessibilidade (Portaria 2014/2020) em consonância com as medidas previstas no Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral (Resolução TSE 23.381/2012) e na Res. CNJ 230/2016.

Em outubro, o TRE editou a Resolução 503/2020, que instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. A norma prevê a adoção de medidas de inclusão e promoção do exercício da cidadania de servidores, colaboradores e eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, com abordagem multidisciplinar.

Assim, planos de ação mais amplos são desenvolvidos, voltados não somente à eliminação de barreiras físicas, mas também de outros obstáculos, como dificuldades na comunicação e no relacionamento com pessoas com deficiência.

Projeto Libras

Implementado em 2014, o Projeto Libras, que promove a nomeação de eleitores com conhecimento na Língua Brasileira de Sinais para atuar como apoio logístico nos locais de votação, teve um crescimento de

26% no número de participantes em relação ao pleito de 2018.

Foram 753 voluntários (127 na capital e 626 no interior), distribuídos em 729 locais de votação em todo o Estado. Em 2018, foram 551.

Em 2020, foi criado outro recurso de apoio aos eleitores surdos ou com deficiência auditiva: a Central de Intermediação em Libras (Cil), acessível pela internet ou por meio de aplicativo de celular. Disponibilizado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), por meio de um acordo de cooperação com o TRE-SP, a plataforma promoveu o serviço de mediação na comunicação entre pessoas surdas ou com deficiência auditiva da capital e intérprete em Libras, em tempo real, por meio de videochamada.

Segundo dados do cadastro eleitoral, 17.110 eleitores se declararam surdos ou com deficiência auditiva no Estado de São Paulo.

Acessibilidade nas Eleições 2020

Durante as eleições municipais de 2020, O TRE aplicou pesquisas direcionadas aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, servidores dos cartórios, mesários e apoios logísticos sobre as dificuldades de acessibilidade e inclusão encontradas nas eleições. Os resultados forneceram informações para a elaboração do Relatório de Acessibilidade das Eleições 2020, divulgado em maio do ano seguinte.

No total, 10.256 cidadãos participaram da pesquisa em todo o Estado. O índice de satisfação dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida alcançou bons resultados, especialmente considerando aqueles que votaram no primeiro turno. Foram 81,31% os que consideraram a seção em que votaram acessível e 83,18% afirmaram não encontrar qualquer dificuldade no exercício do voto. Ainda, 72,90% dos cidadãos responderam que foram informados pelo coordenador de acessibilidade sobre a possibilidade de auxílio nos locais de votação. No segundo turno, os índices foram respectivamente 72,34%, 74,47% e 69,15%.

A Assessoria de Planejamento Estratégico e de Eleições (Asspe) elaborou o Relatório de Acessibilidade das Eleições em atendimento à solicitação do TSE. Ainda no ano das eleições, o TRE implementou o Programa de Acessibilidade e Inclusão, com a finalidade de alcançar a adequação e uniformização das ações de acessibilidade e inclusão institucionais.

PRÊMIOS



TRE ganha Prata em premiação do CNJ

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade Prata na categoria Justiça Eleitoral. O resultado foi anunciado no dia 27 de novembro de 2020, durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado por videoconferência, pelo Conselho Nacional de Justiça. A avaliação leva em consideração quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

O objetivo da premiação é contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional, proporcionando subsídios que auxiliem o planejamento estratégico e a formulação de metas nacionais. Além disso, a premiação também visa a estimular o desenvolvimento de mecanismos de gestão e governança, promover a transparência e a melhoria na prestação de informações e incentivar a produção de dados e a melhoria do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário.

A premiação visa estimular os Tribunais a buscarem constantemente o aprimoramento para construir um Poder Judiciário cada vez melhor. O prêmio também busca incentivar a produção de dados, promover a transparência, a melhoria na prestação de informações e dos mecanismos de gestão.

Já em 3 de dezembro de 2021, o TRE-SP recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade 2021, categoria ouro, no segmento Justiça Eleitoral, com 86,09% dos pontos. A premiação aconteceu no 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário. “Com todas as atividades, projetos e ações de um Tribunal da dimensão de São Paulo, estamos conseguindo realizar um excelente trabalho. Isso se deve ao esforço e dedicação de todos”, disse o diretor-geral do TRE, Cláudio Corrêa, após a premiação.

Inspeções Virtuais

A partir de fevereiro de 2021, a Corregedoria Regional Eleitoral do TRE iniciou inspeções virtuais nos cartórios eleitorais do Estado. As reuniões são realizadas por meio do aplicativo de videoconferências Zoom. O modelo foi adotado devido à pandemia do coronavírus e alcançou bons resultados. Esse parágrafo está certo – Release Fevereiro 21. Acrescentei uma frase no último parágrafo.

De acordo com a juíza assessora da Corregedoria, Denise Indig Pinheiro, a impossibilidade de comparecimento pessoal aos cartórios não prejudicou nem mesmo a avaliação das instalações físicas, inspecionadas por intermédio de vídeos em tempo real. Ela destacou, ainda, a realização da vistoria minuciosa de livros, processos e atos relacionados à administração, além de utilizadas todas as ferramentas virtuais essenciais às visitas.

O cronograma de inspeções, aprovado no fim do ano anterior ao de sua realização, é definido a partir de diversos critérios. Entre eles, o tempo decorrido da última inspeção realizada na zona eleitoral e a constatação da necessidade de ajustes nas rotinas cartorárias ou em processos.

Segundo o chefe da Seção de Inspeções e Correições (ScIC) da Corregedoria Regional Eleitoral, Douglas Galvão, o procedimento ocorre de maneira gradativa e tem cunho didático. O Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias de Justiça (PJeCor) é autuado com antecedência de um mês, a partir de quando a equipe da Corregedoria encaminha orientações prévias e abre relatório para preenchimento no Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais (Sicel).

O projeto de inspeção virtual realizado juntamente com a presencial existe desde 2017. Mas, devido à pandemia da Covid-19, o novo modelo virtual se tornou prioritário nas inspeções dos cartórios eleitorais.

Corregedoria recebe Selo Boa Prática pelo projeto de inspeção virtual

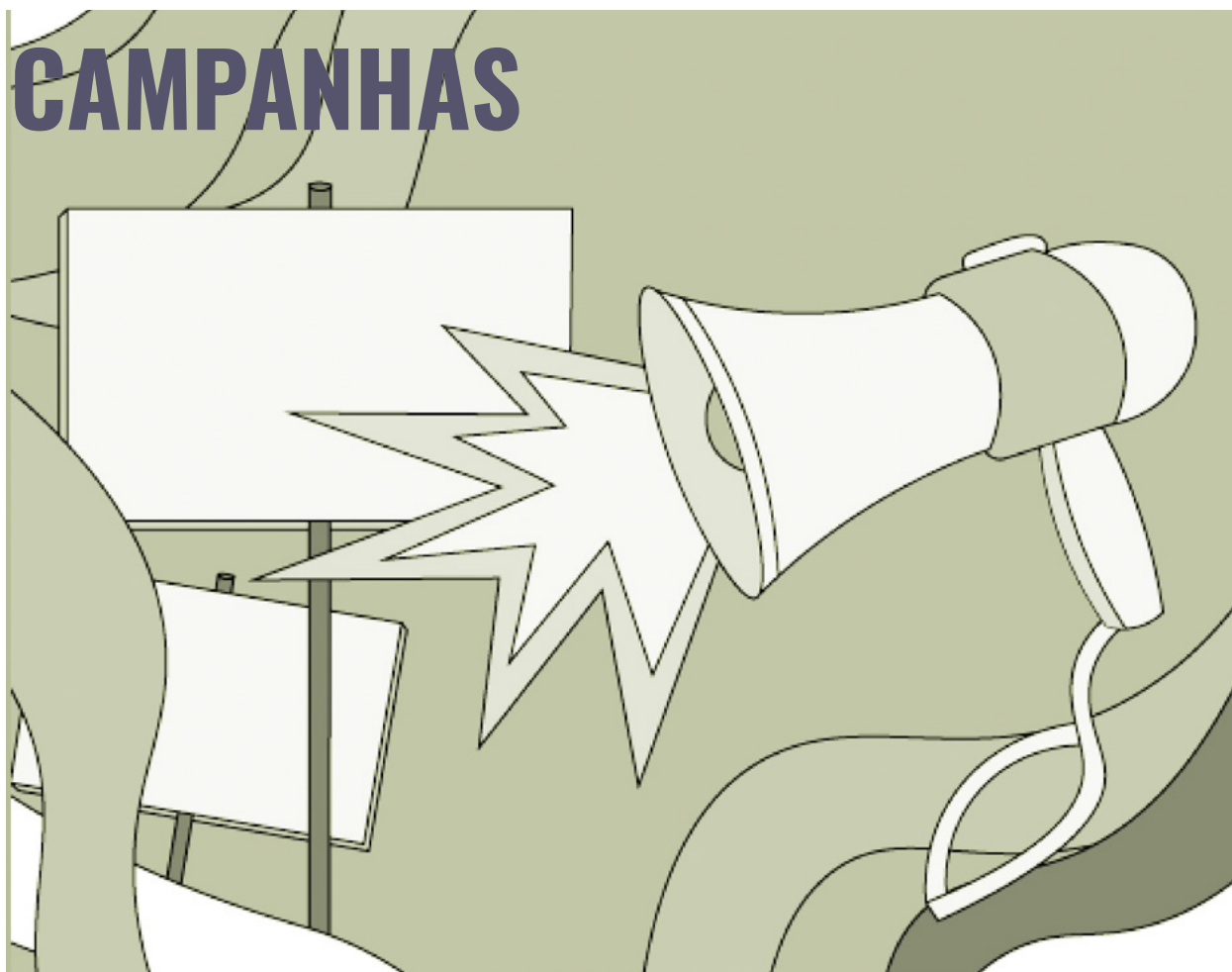
A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo recebeu, em outubro, o Selo Boa Prática 2021 pelo projeto Inspeção Virtual Multidisciplinar. A premiação, criada em maio, foi concedida pela Corregedoria-Geral Eleitoral (CGE) do Tribunal Superior Eleitoral, como forma de reconhecimento a iniciativas bem-sucedidas implementadas por corregedorias.

Os critérios de avaliação dos projetos são: eficiência, qualidade, criatividade, exportabilidade (capacidade de replicação em outras organizações), satisfação do usuário e desburocratização.

Para o corregedor-geral eleitoral, ministro Luís Felipe Salomão, “as práticas apresentadas são de baixo custo, sem exigir grandes estruturas, mas de grande eficiência, a ponto de transcender o ordinário, alcançando a excelência e potencializando a qualidade dos serviços da Justiça Eleitoral”.

O Selo Boa Prática, além de reconhecer ações bem-sucedidas das corregedorias, amplia a difusão do conhecimento no âmbito dos tribunais eleitorais e dissemina iniciativas e projetos inovadores a fim de melhorar a gestão e a prestação jurisdicional. Os projetos ganhadores podem ser consultados no Portal de Boas Práticas do TSE (<https://www.tse.jus.br/o-tse/corregedoria-geral-eleitoral/boas-praticas>).

Nessa primeira edição da premiação, também foram escolhidos projetos das corregedorias do Distrito Federal, de Goiás, do Mato Grosso do Sul e do Rio de Janeiro.



Campanha Desinformação

Combater a disseminação de notícias falsas pelos eleitores durante o período das eleições municipais e subsidiar a sociedade com informações completas e esclarecedoras sobre o processo eleitoral. Esse foi o objetivo da Campanha de Enfrentamento à Desinformação Eleições 2020, desenvolvida pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) do TRE.

A campanha consistiu em uma série de ações direcionadas ao público externo ao longo de 2020. Segue as ações implementadas:

1. Cartilha sobre desinformação, publicada no site do TRE, com a finalidade de explicar o conceito e apresentar as discussões que envolvem o assunto.
2. Cartilha Mitos Eleitorais, que é a transcrição fiel de uma série de vídeos elaborada pelo TSE (Mitos Eleitorais), com linguagem simples e direta.
3. Inclusão de orientações sobre desinformação no folheto Bem-Vindo Mesário, que é o material informativo sobre as Eleições, entregue a todos os mesários.
4. Vídeo da série “Sabia, Eleitor?”, abordando a temática do voto impresso. <https://www.youtube.com/watch?v=XZrCRDU01MY>
5. Os materiais elaborados foram divulgados em matérias no site do TRE e em publicações nas redes sociais.

25 Anos da Urna Eletrônica

A urna eletrônica completou 25 anos em 2021. Para celebrar essa inovação implementada pela Justiça Eleitoral em 1996, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo realizou o webinar “25 anos da Urna Eletrônica – Uma história de sucesso” e uma série de ações de comunicação voltada principalmente ao público interno do TRE.

“O aniversário da urna é uma oportunidade para destacar a segurança que o sistema eletrônico de votação confere ao processo eleitoral. É inegável o avanço proporcionado pela urna para quem viveu o processo eleitoral desde a época das cédulas de papel”, diz o presidente do TRE, desembargador Nuevo Campos.

A urna eletrônica trouxe uma legitimidade maior ao processo de votação. Os recursos de segurança do processo eletrônico de votação garantem a correta apuração do voto de cada eleitor, o sigilo da identidade e a inviolabilidade de ataques externos aos seus sistemas, além da agilidade na totalização dos resultados.

A mais recente evolução promovida pela Justiça Eleitoral no Brasil, a biometria, que identifica o eleitor pelas digitais, trouxe ainda mais segurança. “A identificação biométrica afasta de vez a possibilidade de distorções durante o processo de votação”, conclui o presidente do TRE-SP.

Dois pilares básicos nortearam o processo de desenvolvimento da urna: simplicidade e segurança. As urnas eletrônicas foram utilizadas pela primeira vez em algumas cidades nas eleições municipais de 1996 e, em 2000, alcançou todos os municípios brasileiros.



Ações da campanha

Várias ações, em celebração aos 25 anos da urna, foram divulgadas ao longo de 2021 para o público interno a fim de proporcionar conhecimento aprofundado sobre a urna eletrônica em linguagem leve.

A seguir estão as ações de comunicação desenvolvidas:

6. Criação de identidade visual e logomarca
7. Criação de página na intranet, com informações e curiosidades sobre a urna, além de ser canal para esclarecimento de dúvidas;
8. Publicações nas redes sociais.
9. Série “Urna Eletrônica - 25 anos”, que consiste em uma série de matérias publicadas mensalmente, abordando de forma mais profunda aspectos técnicos sobre o equipamento;
10. Primeiro episódio do podcast Papo Eleitoral, disponível na intranet, aborda os 25 anos de utilização da urna eletrônica sem nenhuma fraude comprovada em linguagem leve;
11. Enquete “Você conhece a urna eletrônica?” para aferir o nível de conhecimento do público interno sobre o equipamento, bem como para pautar a área de Comunicação sobre outras ações;
12. Depoimentos dos servidores sobre situações envolvendo a urna eletrônica com divulgação em canais internos;
13. Concurso “Por que a urna eletrônica é segura?”, em que os servidores podem participar, por meio de textos ou vídeos, respondendo de maneira criativa ao questionamento;
14. Palestra “Urna eletrônica 25 anos” sobre as principais informações e respostas aos questionamentos enfrentados pelo sistema eleitoral no momento;
15. Livro comemorativo “Urna Eletrônica 25 anos”, que é uma publicação do material de campanha desenvolvido durante o ano par envio às secretarias, aos cartórios e a outros tribunais.

Webinário 25 anos da Urna

Com o tema “25 anos da Urna Eletrônica – Uma História de Sucesso”, o TRE realizou, em março de 2021, o webinário em que membros da Justiça Eleitoral, especialistas e ex-ministros do TSE, sob a mediação de jornalistas, expuseram diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento e à confiabilidade da urna.

O presidente do TRE, des. Nuevo Campos, iniciou os trabalhos do evento afirmando que o sistema eletrônico de votação é “o maior avanço democrático no processo eleitoral”. Já o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, defendeu que o sistema eletrônico é auditável em todas as fases e reforçou seu posicionamento contrário ao voto impresso.

Articulador do projeto da urna eletrônico, o ministro Carlos Velloso, que foi presidente do TSE, pontuou que “era preciso afastar a mão humana das apurações e isso só seria conseguido com o voto informatizado”. Já o jornalista da TV Globo Carlos Tramontina afirmou que, ao longo dos anos, tem-se reiterado a prova da eficiência das urnas eletrônicas.

Para o professor de Direito Eleitoral Diogo Rais, os ataques à confiabilidade da urna revelam a principal face da desinformação. A dimensão das eleições no Brasil foi destacada pelo então secretário de TI do TSE, Giuseppe Janino: “é a maior eleição informatizada do planeta”.

O webinar contou, ainda, com depoimentos em vídeo de autoridades, servidores e figuras públicas sobre a confiabilidade do voto eletrônico. Contribuíram o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e personalidades como a empresária Luiza Trajano e o comunicador Carlos Alberto de Nóbrega.

O evento foi dividido em três painéis mediados pelos jornalistas Fabíola Cidral, Christina Lemos e Leão Serva e faz parte das comemorações dos 25 anos da urna eletrônica.

GESTÃO DE PESSOAS

Gestão por competência

Visando à melhoria do desempenho dos servidores e ao aumento da produtividade do tribunal, foi implementada, pela Portaria TRE-SP nº 204/2020, a Gestão por Competência.

Esse modelo de gestão de pessoas é baseado no mapeamento de perfis profissionais, com a identificação de lacunas de desenvolvimento, para posterior elaboração de planos de capacitação, com estímulo ao avanço profissional.

Entre as ações previstas estão a avaliação anual das principais competências profissionais dos servidores e a aplicação de planos de desenvolvimento individual (PDI) e de planos de desenvolvimento gerenciais e individuais (PGI).

O modelo de trabalho favorecerá uma análise mais individualizada e assertiva das competências, adequando os planos de desenvolvimento de acordo com as atividades desempenhadas pelo servidor e as complexidades do cargo.

A medida está alinhada com Plano Estratégico do TRE-SP 2016-2021 (Res. 367/2016), que definiu a melhoria da gestão de pessoas como um dos macrodesafios da instituição.

AÇÕES

Posse de servidores

Novos servidores, entre analistas e técnicos, tomaram posse no TRE-SP em 2020 e 2021. As cerimônias de posse dos servidores foram realizadas virtualmente pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), sob a coordenação da secretária Paula Helena Batista Silva. Ao todo, 159 servidores ingressaram na Justiça Eleitoral paulista de janeiro de 2020 a agosto de 2021.

No evento de posse, realizado em janeiro de 2021, o diretor-geral, Cláudio Cristiano Abreu Corrêa, lamentou que o isolamento social, por conta da pandemia, tenha obrigado que a recepção acontecesse a distância. Ele lembrou que a aprovação em um concurso não é fácil, mas é só uma etapa. “Agora, vocês vão provar que são servidores públicos, ou seja, vão servir à sociedade e para isso queremos o engajamento de vocês conosco, para seguirmos a nossa missão de garantir um processo eleitoral legítimo e assegurar o acesso a todos os cidadãos. Vamos trabalhar e dar o nosso melhor”.

Os novos servidores Andrea Soares Costa, Christine Lemke Soares e Lucas Arath Menha, representando os técnicos e os analistas judiciários e administrativos, leram os termos de posse. Em seguida, cada um dos empossados teve a oportunidade de se apresentar e falar sobre suas expectativas.

Segundo a SGP, serão nomeados no segundo semestre de 2021, 13 Analistas e 52 Técnicos, entre cargos especializados e não especializados.

Programa Insere

Após cada cerimônia de posse ocorrida ao longo do biênio 2020/2021, iniciou-se o Programa Insere, organizado pela SGP, no qual servidores de diferentes secretarias do TRE falam aos novos colegas sobre a missão e os valores institucionais, a estrutura administrativa, normativa e jurídica da Justiça Eleitoral, as atividades desempenhadas por todo o Tribunal e compartilham, ainda, informações práticas para o servidor, disponibilizadas na intranet.

A SGP promoveu três Inseres até o mês de agosto de 2021.

Webinários

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) realizou sete webinários sobre saúde mental, retorno ao trabalho presencial e crise do coronavírus durante o período de 2020/2021. Os eventos contaram com a participação dos médicos da Coordenadoria de Atenção à Saúde (CAS) e do médico coordenador George Meirelles e foram transmitidos pelo Canal do TRE-SP, no YouTube, e pela plataforma de reunião Zoom.

Em 2021, realizou-se o webinar sobre o tema “Pandemia: Atual Momento” para discutir o cenário do coronavírus. Foram abordados a segunda onda da Covid-19, novas variantes do vírus, tratamento e prevenção, colapso no sistema de saúde e transtornos mentais decorrentes da pandemia.

O cardiologista e coordenador da CAS, George Meirelles, falou sobre o recrudescimento da pandemia; o psiquiatra do TRE Alexandre Maezuka tratou sobre saúde mental durante a crise.

Os temas “Ansiedade e medo em tempos de Covid”, “A insônia nossa de cada dia”, “Retorno ao Trabalho: Protocolo e Cuidados”, entre outros assuntos, foram discutidos em diferentes webinários, promovidos em 2020. Os assuntos foram abordados, ainda, pela médica Mônica Fernandes (geriatra) e pelos médicos Celso Alves do Santos Filho (psiquiatra) e Paulo Nadal (médico do trabalho).

Cada evento contou com a presença de 200 a 300 pessoas. Os participantes puderam enviar perguntas aos palestrantes via chat. Houve webinários de acesso restrito a servidores e aposentados e aberto ao público.

Banco de talentos

O TRE criou, em 2020, o Banco de Talentos, sistema de elaboração de perfis profissionais, a partir de informações cadastradas no Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SGRH e aquelas fornecidas pelos próprios servidores por meio do preenchimento, na intranet, de informações acerca de habilidades e interesses.

Por meio deste sistema, o tribunal poderá conhecer melhor os servidores e realizar alocações compatíveis com o perfil dos inscritos, contribuindo para melhoria do clima organizacional.

Além disso, o programa facilitará a seleção de colaboradores com interesse em participar de atividades fora da unidade de lotação, como grupos de trabalho, comissões, forças-tarefas e eventos.

O banco de dados permite edição permanente, podendo o servidor complementar seu perfil sempre que necessário, com declarações sobre experiências profissionais, competências técnicas, comportamentais e gerenciais e áreas de interesse.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Congresso Democracia e Direito Eleitoral discute temas importantes para as eleições 2020

Com o propósito de debater temas pertinentes à realização das Eleições Municipais 2020, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu, em maio de 2020, o I Congresso Democracia e Direito Eleitoral. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, participou do primeiro painel, sobre “Desinformação e condutas vedadas na jurisprudência do TSE”.

O presidente do TRE discorreu sobre os impactos da desinformação no processo eleitoral, a dificuldade de contê-la no meio virtual e a importância da conscientização do eleitor para combatê-la.

Participaram da abertura do Congresso a então presidente do TSE, ministra Rosa Weber, o então vice-presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro da Corte Eleitoral Edson Fachin.

Missão de Observação da OEA acompanha o processo eleitoral

Durante o mês de novembro de 2020, a Missão de Observação Eleitoral, da Organização dos Estados Americanos – OEA, composta por 14 membros de nove países, esteve no Brasil para acompanhar o processo eleitoral.

O grupo, presente em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Valparaíso e Brasília, conheceu todos os procedimentos envolvidos na preparação e realização do pleito e esclareceu dúvidas junto a secretários, assessores e técnicos do TRE.

A entidade publicou um relatório parabenizando o trabalho da autoridade eleitoral e o compromisso da sociedade brasileira na realização das eleições municipais em um complexo contexto de pandemia.

EJEP

Curso de pós-graduação lato sensu

Em 2020, formou-se a 5ª turma do Curso de Especialização em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, com 162 alunos. O período letivo foi de março de 2019 a junho de 2020, com carga horária de 462 horas. Em razão da pandemia, o último módulo foi adaptado ao formato remoto, sem prejuízo aos alunos.

O curso é destinado a bacharéis em Direito, com prioridade sucessiva a magistrados, promotores de justiça, funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, do Tribunal de Justiça e dos demais Tribunais do Estado, delegados de polícia estaduais e federais, procuradores, advogados e demais bacharéis.

Aula de ministro abre Pós-Graduação

A 6ª edição do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral foi aberta com aula magna do ministro do TSE e corregedor-geral da Justiça Eleitoral, Luis Felipe Salomão, em março de 2021. O tema da aula, transmitida pelo canal oficial do TRE-SP no YouTube, foi “Direitos fundamentais, notícias falsas e liberdade de expressão”.

Na oportunidade, o ministro discorreu sobre a realidade do século XXI e mencionou conceitos como “pós-verdade”, “sociedade do espetáculo” e “hiperinformação” para se referir ao avanço das redes sociais, lembrando que leis recentes, como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral da Proteção de Dados, procuram trazer remédios para combater as notícias falsas. Segundo ele, há muita dificuldade em lidar com o combate à desinformação e não há respostas prontas.

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu é promovido pelo TRE, por meio da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (Ejep).

Ministro do TSE fala sobre inelegibilidades em curso de Direito Eleitoral

O ministro do TSE Carlos Bastide Horbach proferiu palestra sobre inelegibilidades e a Lei da Ficha Limpa, em julho de 2021, no 6º Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral e Processual Eleitoral, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista (Ejep).

Segundo o palestrante, as inelegibilidades representam um tema “clássico e atual”. Clássico porque, já na Grécia antiga, existiam normas que buscavam investigar a vida pregressa dos candidatos, a fim de verificar se estes reuniam condições para exercer funções de interesse público. E as inelegibilidades são também um assunto atual, já que constituem a “pauta do dia nos tribunais eleitorais”, afirmou o ministro do TSE.

Os direitos políticos, campo em que se inserem as inelegibilidades, devem ser interpretados como direitos fundamentais, lecionou o palestrante. De acordo com Horbach, a Justiça Eleitoral é, portanto, uma “justiça especializada em direitos fundamentais”, quando decide sobre inelegibilidades, que são “restrições à cidadania passiva, disciplinadas pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 64/90, com os acréscimos trazidos pela LC nº 135/2010, também conhecida como Lei da Ficha Limpa”.

Mais de mil servidores recebem treinamento sobre desinformação

Com o objetivo de preparar os servidores para os ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral, por meio de fake news, foi oferecido, em junho de 2020, o curso a distância (ead) “A Justiça Eleitoral e o Enfrentamento à Desinformação”, desenvolvido pela Ejep – Escola Judiciária Eleitoral Paulista. Mais de mil servidores participaram do estudo.

O curso apresentou noções sobre o tema e as consequências danosas desse fenômeno ao debate político e às instituições democráticas, além abordar as técnicas mais praticadas de desinformação.

Em razão da boa aceitação pelo público, o curso foi replicado pelo TSE, para que outros tribunais e órgãos da Administração Pública Federal tivessem acesso a ele.

Palestra em Presidente Prudente

Em março de 2020, o presidente do TRE, desembargador Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, deu palestras em Presidente Prudente (SP) para 1.400 pessoas, entre estudantes universitários e autoridades locais, sobre o tema “Eleições 2020: Democracia e enfrentamento à desinformação, uma abordagem do Direito Eleitoral”.

Foram dois dias de palestras na cidade, a mesma em que o magistrado iniciou sua carreira como juiz, em 1983. O presidente manifestou alegria de “poder falar a um público jovem, potencial multiplicador das informações ali transmitidas”.

O magistrado destacou a importância em dialogar com a sociedade sobre a desinformação disseminada em ambiente virtual. “O enfrentamento da desinformação é plural, não é só da Justiça Eleitoral, não é só do TSE; é de todas as instituições públicas e privadas, de todos aqueles que estejam interessados e possam estudar o assunto e dar instrumentos para o eleitor fazer a escolha certa no momento de votar”, afirmou.

Empoderamento político das mulheres

O Tribunal promoveu, em parceria com as Faculdades Integradas de Jaú, a I Conferência de Empoderamento Político das Mulheres em 19 de agosto de 2020, transmitido ao vivo pelo canal do TRE-SP no YouTube. O objetivo da iniciativa foi fomentar a presença das mulheres na política, contribuindo para o fortalecimento da democracia.

Ao longo de sete painéis, autoridades no cenário jurídico, acadêmico e empresarial brasileiro discutiram temas como: a educação e a conscientização das mulheres; o papel das instituições na promoção da participação feminina na política; cotas de gênero em eleições; financiamento de campanha para mulheres candidatas; entre outros. O presidente do TRE-SP, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, abriu os painéis.

A Conferência de Empoderamento Político das Mulheres foi iniciativa da chefe da 241ª Zona Eleitoral de Jaú, Rosane Cristina da Silva. O evento teve mais de 5,7 mil visualizações no YouTube até dezembro de 2020.

Participaram da conferência a presidente do Conselho do Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano; a presidente da Associação Paulista dos Magistrados, Vanessa Mateus; a âncora do Jornal da Record, Christina Lemos; a juíza e coordenadora do Comitê de Participação Feminina do TRE-SP, Maria Cláudia Bedotti, entre outras personalidades.



Webinário “Direito Eleitoral digital”

Ainda no segundo semestre do ano eleitoral, a Ejep organizou mais um evento: o webinário “Direito Eleitoral Digital”, realizado em parceria com a OAB-SP.

Entre os temas abordados, estavam: “Eleições e o Discurso de Ódio”, “Polarização Política e Desinformação”, “A Internet em Debate nos Tribunais” e “Propaganda Eleitoral na Era das Campanhas em Rede”. O material está disponível no canal do TRE-SP no YouTube.



Seminários sobre Eleições 2020

Desafios das Eleições 2020 foi tema de evento realizado, por videoconferência, em setembro de 2020, em parceria com o Departamento Eleitoral e de Estudos Jurídicos, da Procuradoria-Geral da União (PGU), da Escola da Advocacia Geral da União (E-AGU), com apoio institucional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje).

Em outubro, foi promovido o seminário virtual “Eleições Municipais 2020 – Aprendizagens com a Justiça Eleitoral Paulista”, promovido pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, em parceria com a Escola Paulista da Magistratura (EPM) e a Escola Judiciária Eleitoral Paulista (Ejep).

Revista Eletrônica celebra 75 anos da JE

Lançada pela Ejep em 2017, a Revista Eletrônica de Direito Eleitoral e Sistemas Políticos – Redesp chegou a sua sexta edição em 2020, celebrando os 75 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral.

A edição trouxe artigos especializados na área do Direito Eleitoral e uma coletânea de documentos e julgados históricos que marcam o processo de desenvolvimento da Justiça Eleitoral e documentam a sua adaptação às mudanças na sociedade ao longo dos anos.

Coptrel e Webinário

Em 2020, por força das circunstâncias, os eventos institucionais, educacionais e solenidades foram realizados, em sua maioria, de forma online.

Essa modalidade, além de preservar a saúde dos participantes, evitando deslocamentos e encontros

sociais, favoreceu a participação de um número maior de pessoas das mais diversas localidades, o que não aconteceria em um evento presencial. Além disso, a transmissão ao vivo de debates, congressos, seminários, sessões de julgamento e sua posterior disponibilização na plataforma YouTube ampliou o alcance das informações de interesse social.

Com a virtualização dos eventos, foi possível proporcionar ao público uma gama maior de ferramentas de estudo e de acompanhamento das ações da Justiça Eleitoral.

Talk show virtual reúne TRE e jornalistas em debate sobre desinformação

Com o tema “Como o combate à epidemia da desinformação sobre o novo coronavírus pode nos ajudar na preparação para as próximas eleições municipais”, o Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E), em parceria com o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), realizou, em julho de 2020, um “talk show” virtual.

O presidente do Tribunal, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, e o juiz da Corte Manuel Pacheco Dias Marcelino atuaram como palestrantes. O evento foi mediado pela jornalista Pétria Chaves.

O talk show, que teve a participação de cerca de 100 pessoas, entre servidores e jornalistas, também contou com palestras do procurador regional eleitoral de São Paulo, Sérgio Monteiro Medeiros; do codiretor do IT&E, Ariel Kogan; do diretor do MCCE, Luciano Caparroz Pereira Santos; do presidente da comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hélio Freitas de Carvalho da Silveira; do diretor de estratégias e negócios da Agência Lupa, Gilberto Scofield Jr.

Outros eventos

O Tribunal esteve presente em diversos outros eventos ligados ao tema eleitoral, sempre representado por seu presidente, des. Nuevo Campos.

Maio:

- **I Congresso de democracia e direito eleitoral**, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Presidente participa do painel “Desinformação e condutas vedadas na jurisprudência do TSE”.

Setembro:

- **I Seminário Nacional de Direito Eleitoral**
Presidente coordena painel sobre propaganda eleitoral liberdade de expressão e desinformação.
- **Revalorização da Justiça Eleitoral em Tempos de Pandemia**, promovido pelo Instituto Eleitoral da Cidade do México.

Outubro:

- Eleições 2020, promovido pela Associação Paulista do Ministério Público (APMP) e Escola Superior do Ministério Público (ESMP)
- Presidente ministra palestra desinformação em tempos de redes sociais e pandemia.

Coptrel Virtual

Em 2020 aconteceram dois encontros virtuais do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel). O primeiro encontro, em 29 de junho, organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), teve a participação do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso.

Foram discutidos, entre outros assuntos, o adiamento das Eleições Municipais de 2020, como forma de combate à disseminação do coronavírus, e o compromisso da Justiça Eleitoral no combate à desinformação.

No segundo encontro, organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), no dia 24 de agosto, foram debatidos temas como os rumos do processo eleitoral no cenário de pandemia, segurança da informação e cuidados para a prevenção do Covid-19 nas Eleições 2020.

Em 2021, o terceiro Coptrel aconteceu no dia 18 de março com a conferência de abertura do presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, em que foram abordados temas relevantes às próximas eleições gerais de 2022, como a importância de campanhas voltadas a candidaturas femininas e de pessoas negras.

O presidente do TRE-SP, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, e o vice-presidente e corregedor regional eleitoral de São Paulo, des. Paulo Galizia, participaram da reunião.

Já a IV Assembleia Geral Virtual do Coptrel ocorreu em 23 de junho e foi aberta com todos os participantes fazendo um minuto de silêncio em solidariedade às famílias das mais de 500 mil vítimas de Covid-19 no Brasil.

O ex-ministro do TSE Carlos Velloso recebeu homenagem, durante o evento, por sua atuação no projeto da urna eletrônica em comemoração aos seus 25 anos de implantação. Em manifestação de agradecimento, Velloso historiou sobre o desenvolvimento e implantação do projeto da urna eletrônica e suas principais virtudes.

O encontro acontece periodicamente para troca de experiências e visando debater assuntos pertinentes à Justiça Eleitoral e ao fortalecimento da democracia no país. Também ocorrem reuniões setoriais dos diretores-gerais e assessores de comunicação. Foi o primeiro ano em que o evento foi realizado de forma remota.

TRE assina acordo de cooperação em prol da participação feminina na política

Buscando estimular a participação e inserção da mulher na política, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) assinou, em julho de 2020, um acordo de cooperação com a Seção Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e com a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo (PRE-SP).

O acordo teve como propósito a união de esforços para o acompanhamento das candidaturas femininas nas eleições municipais de novembro, a fim de garantir a efetiva participação das mulheres no cenário político. Com isso, o recebimento de denúncias sobre potenciais irregularidades ficou a cargo da OAB-SP, que as encaminharia à PRE-SP para análise e eventual propositura de ações judiciais. O TRE-SP atuou como divulgador da iniciativa, tanto na Sede como nos cartórios eleitorais de todo o Estado.

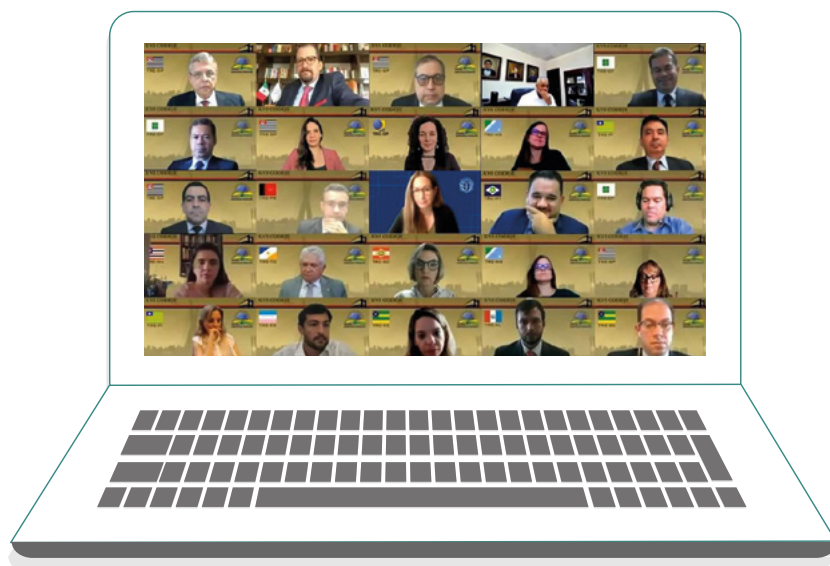
Webinário OAB-SP

O presidente do TRE, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, participou, em junho de 2021, do webinar “Urna Eletrônica, Voto Impresso e Observação Internacional”, promovido pela Comissão de Direito Eleitoral da Seção Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

O evento virtual foi mediado pela advogada e coordenadora do Observatório de Candidaturas Femininas da OAB-SP, Máira Calidone Recchia Bayod, que abriu o encontro dizendo que há 25 anos as urnas eletrônicas garantem a “festa do sufrágio universal, com eficiência e agilidade”.

Nuevo Campos afirmou que, como cidadão e magistrado com quase 20 anos de experiência na Justiça Eleitoral, é um defensor do sistema eletrônico de votação, que está sujeito a constantes auditorias e fiscalizações. “Esse sistema trouxe um benefício enorme para a credibilidade da apuração dos votos, que é feita em cada seção, em cada urna eleitoral, com a confecção dos boletins de urna, um certificado de segurança do sistema”, enfatizou o presidente do TRE, recordando que no passado a votação por cédulas facilitava a ocorrência de fraudes. “O voto impresso não é uma prioridade no país”, definiu o magistrado.

Os demais participantes do webinar também defenderam o sistema eletrônico de votação.



Codeje 2020

Em abril de 2020, o presidente do TRE-SP, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, foi eleito presidente do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje), e o juiz do TRE-ES na classe jurista, Adriano Athayde Coutinho, foi escolhido vice-presidente, para o período encerrado em novembro de 2020.

Em maio de 2020, o presidente do TRE e do Codeje Nuevo Campos reuniu-se com os diretores dos colégios de todos os TREs do país para apresentação da nova diretoria do órgão.

Na reunião aconteceu também o lançamento de cursos elaborados pelos regionais do Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que foram disponibilizados por meio da plataforma Moodle do TSE para as demais escolas. São estes os cursos: Ações Cíveis Eleitorais, Sistemas Eletrônicos e de Registro de Candidaturas. Participaram da reunião o juiz auxiliar da Presidência do TRE-SP, José Wellington Bezerra da Costa Neto, e a secretária da EJE paulista, Vanessa Nigres Diniz.

Em julho de 2020, a Codeje se reuniu em encontro virtual para escolher novo membro da Comissão, o juiz Francisco Borges Ferreira Neto, na qualidade de representante da região Norte do país. O magistrado integra o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO). A reunião foi conduzida pelo des. Nuevo Campos, que dirige o Colégio desde 23 de abril.

O Codeje é importante para integrar o conhecimento entre as Escolas, desenvolver ações para incentivo do estudo, pesquisa e produção científica, além de representar as Escolas Judiciárias perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Codeje 2021

Em reunião realizada em fevereiro de 2021 por videoconferência, a Comissão Executiva do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje) reelegeu o presidente do TRE-SP, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior, presidente do Codeje. Na ocasião, foi eleito como vice-presidente, o des. Jorge Luís Dall' Agnol (EJE-RS), e como secretário-geral, o des. Leonardo Pache de Faria Cupello (TRE-RR).

Ao saudar o presidente do TRE-SP, o novo vice-presidente do Codeje afirmou que o des. Nuevo Campos reúne as credenciais para dirigir o Colégio, por sua gentileza e serenidade incomuns e experiência que obteve quando foi presidente do Colégio de Corregedores. “Tenho certeza de que o des. Nuevo Campos tem competência para trabalhar em prol das Escolas Judiciárias Eleitorais”, disse o des. Jorge Dall' Agnol.

O XVI Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje) foi realizado, em maio de 2021, virtualmente devido à pandemia da Covid-19. Durante o evento, foram abordados temas relacionados à cidadania e educação política, por meio da troca de conhecimentos entre as escolas eleitorais de todo o país.

O Encontro foi aberto pelo presidente do TRE-SP e do Codeje, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Nuevo Junior. Nuevo Campos afirmou que em um país de dimensões continentais como o Brasil, que oferece desafios diversos, é importante que todos estejam juntos para o compartilhamento de boas práticas.

Foi apresentada a Rede Mundial da Justiça Eleitoral (RMJE), presidida pelo Juiz Marcos Cruz, também presidente do TSE da República Dominicana. Outros membros da RMJE participaram do evento, como o presidente da Sala Superior do Tribunal Eleitoral mexicano, juiz José Luis Vargas Valdez, além da integrante do Comitê Científico da RMJE e Assessora Global Sênior da Ifes - Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais -, Katherine Ellena.

No fim do Encontro, foi mostrado o relatório da reunião de trabalho dos coordenadores, que deu base para a composição da Carta do Codeje, apresentada na sequência. Durante o encerramento, Nuevo Campos enfatizou a importância do encontro para que a Justiça Eleitoral continue prestando seus serviços com excelência, realizando a cada biênio o evento mais importante de uma democracia: as eleições.

Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro

O TRE participou, em maio de 2021, de reunião plenária do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, realizada virtualmente. No evento, a norma do TRE-SP sobre a designação específica da 1ª e 2ª Zonas Eleitorais da capital paulista para processamento e julgamento das infrações penais comuns conexas aos crimes eleitorais (Res. TRE-SP 528/2021) foi mencionada. O tema

sobre a designação dos juízes foi abordado na página 31.

O evento tem como objetivo fomentar o diálogo e a implementação de ações para o fortalecimento do Estado no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Atualmente, o colegiado é composto por 34 instituições das três esferas de poder que se reúnem, periodicamente, para estabelecer e desenvolver ações prioritárias. O Tribunal foi representado pelo juiz assessor da Presidência, José Wellington da Costa Bezerra Neto.

World Café das Mulheres discute participação feminina nas instituições

A necessidade de maior participação feminina nas instituições foi tema do encontro World Café das Mulheres, promovido pelo TRE-SP, em maio de 2021, por meio do Comitê de Participação Feminina do Tribunal. O evento foi realizado de forma virtual, pela plataforma de videoconferências Zoom. Participaram o presidente e o vice-presidente do TRE, des. Waldir Sebastião de Nuevo Campos Junior e des. Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, respectivamente, a coordenadora do Comitê de Participação Feminina, juíza Maria Cláudia Bedotti, entre outras autoridades e servidoras.

Para o presidente do Tribunal, des. Nuevo Campos, “eventos como esse são importantes para que haja uma cultura de respeito à presença feminina em todos os ambientes”. Segundo ele, ainda que no TRE haja uma igualdade entre os gêneros, “a sub-representação da mulher na política e em outros espaços de poder é flagrante”, razão pela qual é preciso “capacitar e empoderar as mulheres”.

Servidoras do TRE participaram de bate-papos, juntamente com a juíza assessora da Corregedoria Eleitoral, Denise Indig Pinheiro, e a médica da Coordenadoria de Atenção à Saúde, Monica Braz. Segundo as debatedoras, os partidos devem fazer campanhas de conscientização incentivando as candidaturas femininas, pois não basta a previsão legal de cotas de gênero. Para a juíza assessora, não é apenas o Judiciário que deve garantir a igualdade entre os gêneros, mas “em casa, também, precisamos educar nossos filhos para que não reproduzam preconceitos contra a mulher”.

A chefe de cartório em Osasco Júlia Balbi prestigiou o evento interno. Para ela, “a mulher já demonstrou que tem conhecimentos e capacidade de conciliar tarefas. Falta agora aparecerem oportunidades para que ela ocupe mais cargos de poder”.

O World Café das Mulheres é uma das iniciativas criadas pelo TRE, como forma de dialogar sobre barreiras que impedem plena igualdade entre homens e mulheres no ambiente institucional.

Lançamento da Revista aTREva-se!

O TRE lançou, em abril de 2021, a primeira edição da revista aTREva-se!, idealizada para tratar da diversidade e da presença das mulheres no ambiente institucional.

A publicação mostra que no TRE paulista 57% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres. De cada dez postos de trabalho, sete são preenchidos por servidoras, o que faz o TRE-SP ser um recordista em participação feminina no Judiciário nacional.

A revista apresentou matérias sobre servidoras que trabalham ou integram a memória do Tribunal assim como sobre a participação de magistradas no colegiado do Eleitoral e lista mulheres que assumiram a presidência ou vice-presidência da República, de Tribunais Superiores e do Senado Federal.

A revista traz, ainda, infográfico com a participação da mulher no mundo, apontando desafios como o “mansplaining”, situação em que o homem interrompe uma mulher para lhe explicar um assunto sobre o qual ela tem domínio, na tentativa de retirar sua autoridade e confiança.

A 2ª edição da revista foi lançada em outubro. Essa edição foi idealizada com especial atenção à comemoração do Dia Internacional da Menina, em 11 de outubro, que visa conscientizar sobre a igualdade de gênero e os desafios únicos enfrentados por elas durante a infância e a adolescência em todo o mundo.

A publicação é elaborada pelo Comitê de Participação Feminina, formado por servidoras, sob a coordenação da magistrada Maria Claudia Bedotti.



Comissão de Prevenção ao Assédio e à Discriminação

O TRE instituiu, em 2021, no primeiro e segundo graus, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. A composição dos grupos visa promover o trabalho digno, saudável e sustentável no âmbito do Poder Judiciário, como prevê a Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

As comissões são de composição heterogênea, privilegiando a diversidade de pessoas que integram os quadros da Justiça Eleitoral paulista: servidores, magistrados, prestadores de serviço e estagiários.

Os membros foram selecionados tanto por votação, a partir das listas de inscritos, quanto por indicações.

Para o presidente da comissão em segundo grau, o juiz membro da Corte Eleitoral Manuel Pacheco Dias Marcelino, é relevante a criação desse grupo “para assegurar a um Tribunal que trata da democracia e não faz distinção entre cor, sexo, religião e ideologias,

onde todos os temas e a diversidade são tratados de forma igual, atue de forma implacável e inclemente a qualquer ameaça à garantia desses princípios”.

Os cartórios eleitorais estão representados na comissão presidida pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral, Marco Antonio Martin Vargas. Para o magistrado, a medida é importante para “se obter resultados positivos na eliminação de práticas negativas que não cabem mais em nossa sociedade”.

As comissões foram instituídas pela Portaria 84/2021 e seguem o determinado na Resolução do CNJ 351/2020, que prevê a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.

Reciclagem e Alimentação Saudável são temas da Semana do Meio Ambiente

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o Núcleo Socioambiental do Tribunal promoveu, de 14 a 16 de junho de 2021, a Semana do Meio Ambiente, com transmissão ao vivo pelo canal do TRE-SP no Youtube. A participação foi aberta a todos com transmissão simultânea para Libras (Língua Brasileira de Sinais), possibilitada pelo apoio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo.

A Semana abordou os temas “Reciclagem e lixo eletrônico”, “Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o compromisso é de todos” e “Alimentação saudável e sustentabilidade”. As palestras foram proferidas por profissionais e pesquisadores das áreas abordadas e contaram com a mediação da assessora-chefe de Planejamento Estratégico e Eleições (Asspe) do TRE, Regina Rufino, do assessor de Planejamento Estratégico Juan José Ocampo Bernárdez e da chefe da 21ª Zona Eleitoral – Barretos, Alessandra Monteiro Prado Tamarozzi.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Francisca Miquelina, 123 Bela Vista

São Paulo - SP

www.tre-sp.jus.br